



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 9

SESSÃO ORDINÁRIA

28 DE ABRIL DE 2023

APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26/06/2023

M
Cedra
M.

14.
Ceder
MS.

-----Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas 09h30, no Cine-Teatro de Torre de Moncorvo, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia: -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2023; -----

1.2 Informação de Correspondência; -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

2 - Período da Ordem do Dia: -----

- **Ponto 1** – Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09];-----
- **Ponto 2** – Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2022; -----
- **Ponto 3** - 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa – 2023; ----
- **Ponto 4** - Procedimento de Contratação de Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas do Município de Torre de Moncorvo; -----
- **Ponto 5** - Parecer – Iniciativa de inscrição das Barragens na Matriz – Uniformização de metodologias de avaliação; -----
- **Ponto 6** - Proposta de Conclusão do IP2; -----
- **Ponto 7** - Balanço Social de 2022; -----
- **Ponto 8** - Indicação de um membro da Assembleia Municipal do Grupo Municipal do Partido Socialista representado na Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal da Juventude (artigo 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18.2); -----

3 - Período de Intervenção do Público. -----

14
Pedro
M.

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira; -----

-----Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva; -----

-----Luís João Fernandes Dias; -----

-----Ângelo Miguel Jorge Oliveira (*em substituição de João Augusto Leal Leonardo*); -----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes (*em substituição de Catarina Patrícia Valente Lopes*);-----

-----Bernardo Pando da Silva; -----

-----Júlio César Rentes Frade; -----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Maria Emília Gonçalves Rego Lopes - Freguesia de Açoreira; -----

-----Vitor Manuel Queijo Pereira – Freguesia de Cabeça Boa; -----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais; -----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----Alexandre Correia Martins – Freguesia de Horta da Vilarça; -----

-----Luís Miguel Cascais Alves – Freguesia de Larinho; -----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa; -----

-----José Carlos de Sá Meneses –Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha; -----

-----Vitor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias Felgar e Souto da Velha; -----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores; -----

-----Patrícia Sofia Teixeira Neto – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos; -----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----José Manuel Rodrigues Aires; -----

----- Diana Margarida Madaleno Cabelreira (*em substituição de Altina da Glória Lopes Pinto*); -----

-----Fausto Edmundo Tiago; -----

-----Diogo Miguel Tomás de Oliveira; -----

-----Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; -----

-----Luís Miguel Lopes; -----

-----António Júlio Andrade; -----

-----**Presidente de Junta de Freguesia:**-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

Verificou-se a presença dos vinte e oito membros que compõem esta Assembleia Municipal. -----

14
Pedro
MD

Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva – 2.ª Secretária.-----

-----**A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o Sr. Vice-Presidente Victor Manuel da Silva Moreira e a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos dar início à reunião ordinária. Temos quórum. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 17 DE FEVEREIRO DE 2023. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto a deputada **Sílvia Santos** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, faça favor. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Obrigada. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Srs. Funcionários e restante Mesa, muito bom dia a todos. -----

Eu só queria vir aqui dizer umas breves palavras, porque fez, nesta passada terça-feira, quarenta e nove anos em que celebrámos o 25 de abril. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada Sílvia Santos este ponto é sobre a ata.-----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Então, fica para o ponto seguinte? Está certo. -----

14.
Pedro
M.

-----**O Presidente de Mesa:** Então, relativamente à ata, se não há intervenções, iríamos votar.-
Não votam o Sr. Deputado Luís Dias e o Sr. Deputado Ângelo Oliveira, que não estiveram
presentes. Todos os outros deputados que estão aqui em substituição, ou que estiveram em
substituição, alguns deles continuam em substituição tem direito a votar. -----
Portanto, iríamos votar. -----

-----Estão a faltar neste momento os deputados Diogo Oliveira e António Júlio Andrade. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, com 24 votos a favor, aprovar a
“Ata da sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2023”. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA.

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 29/2023 a 78/2023
inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Quanto à correspondência, como habitualmente está para consulta,
como é habitual. -----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Sílvia Santos (PS)**, **Bernardo Silva**
(Coligação PSD/CDS), **José Aires (PS)** e **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão terminadas as inscrições. Sra. Deputada **Sílvia Santos**. -----

-----**A Deputada **Sílvia Santos:**** Muito obrigada, Sr. Presidente. -----

As minhas breves palavras são para lembrarmos, então, o passado 25 de abril. Fez, na
passada terça-feira, dia 25 de abril, quarenta e nove anos da nossa democracia. Assim sendo,
gostaria de fazer uma pequena reflexão relativamente à situação política atual do país, de nos

14.
Pedro
M

relembrarmos da importância de lutarmos permanentemente pelos nossos direitos, pois se há algo que a história nos mostrou é que não os podemos dar como garantidos. -----

Vivemos em tempos em que a ascensão da extrema-direita é patente no mundo, na Europa, e nomeadamente em Portugal. Vimos nas últimas eleições a visibilidade de um Partido que defende a segregação de minorias, que põe em perigo, com os seus ideais políticos extremistas, o nosso Serviço Nacional de Saúde, a educação e os direitos constitucionais de uma vasta parte da população. -----

Apesar das nossas divergências políticas, creio que todos nós aqui defendemos ideais democráticos. -----

Desta forma, caros deputados, apelo-vos para a necessidade da luta constante, não deixando nunca que os valores de abril se desvançam. Se há coisa que não queremos é voltar ao tempo em que a discriminação, a marginalização, o analfabetismo, a subalternização da mulher, e a constante perseguição eram os traços que marcavam a vida dos portugueses. -----

Por isso, viva o 25 de abril! Viva a democracia! -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Alternando, o Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente, restante Mesa, Sr. Presidente do Município, Srs. Vereadores, Sr. Vereador da Oposição, Exmos. Deputados, público, funcionários, muito bom dia. -----

Eu começaria esta declaração, deixando uma parabenização ao nosso Executivo, a todos os nossos funcionários, pela excelente organização, e mais uma vez um grande sucesso, da nossa Feira Medieval. Para quem esteve presente, conseguiu ver que, efetivamente, esta é uma aposta ganha, já com dez edições, é uma festividade que consegue simultaneamente dinamizar o nome de Torre de Moncorvo, mas também dinamizar aquilo que são as nossas associações locais, os nossos comércio, trazendo para Moncorvo milhares e milhares de pessoas. Muitos parabéns ao Executivo, e principalmente também aos funcionários do Município, que são eles que acabam por, efetivamente, organizar toda esta festividade. -----

Eu deixaria aqui uma nota também, relativamente ao Boletim Municipal, que foi lançado neste último trimestre. É um documento de efetiva importância para os munícipes do nosso território, conseguimos desta forma fazer um acompanhamento daquilo que é o desenvolvimento das obras, investimentos e apoios do nosso Executivo. Creio que é, efetivamente, um documento de relevo municipal. E, portanto, também deixar aqui uma nota importante para este Boletim. -----

E sublinhar também os quarenta e nove anos do 25 de abril, que foram celebrados em Torre de Moncorvo com desporto, com a população, com a liberdade de todos aqueles que quiseram

1h.
Pedro
M

participar de participar, com muita animação, a seguir a uma Feira Medieval. E que este 25 de abril seja sempre um 25 de abril de todos. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires.-

-----**O Deputado José Aires:** Muito bom dia. Começo por cumprimentar todos os membros da Assembleia, na pessoa do Sr. Presidente da Mesa, cumprimentar também o Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, gostaria também de cumprimentar as Sras. e Srs. Presidentes de Junta, cumprimentar ainda os funcionários do Município que prestam apoio a esta Assembleia e estão aqui presentes, e por último, cumprimentar o público. -----

A intervenção que me traz aqui é relativamente a este ponto de antes da ordem do dia, mais especificamente do Ponto n.º 1.2, Informação de Correspondência - Atribuições de um deputado municipal na obtenção de esclarecimentos relativos ao processo *Lettering* Monobloco de Torre de Moncorvo, instalado na entrada da Vila de Torre de Moncorvo, em frente ao acesso ao IP2, adjudicado por consulta prévia a Madalena Sofia Pires Martins Bento, no âmbito do Código da Contratação Pública. -----

Venho dar conhecimento à Assembleia Municipal das diligências por mim efetuadas desde a reunião de 18 de fevereiro de 2022. Face às declarações proferidas pelo Presidente da Câmara, fiz um pedido verbal, solicitando que fizesse chegar a todos os deputados municipais a documentação relativa ao processo. Passaram quatro meses, e nada. -----

Na reunião de 30 de junho de 2022, entreguei na Mesa o Requerimento n.º 15/2022, solicitando esclarecimentos relativos ao projeto e ao procedimento administrativo que culminou no contrato público assinado em 7 de julho de 2021. -----

Passados mais três meses, não tendo recebido qualquer resposta, insisti na reunião seguinte, a 30 de setembro de 2022, lendo o requerimento para constar em ata e ter a certeza que não teria novamente veto de gaveta. -----

Passados mais dois meses e meio, recebi por correio registado o Ofício n.º 66/2022, de 16 de dezembro de 2022, enviado pelo Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, que trazia em anexo o Ofício n.º 931/22-DAF Jurídico, datado de 14 de dezembro de 2022, assinado pela técnica superior, Dra. Lúcia Pissarro – desconhece-se se tem competência delegada para tal – que não dá resposta aos esclarecimentos solicitados, e termina dizendo que *“tendo a intervenção no espaço público sido efetuada no mandato anterior, se considera que o solicitado extravasa as competências de apreciação e fiscalização acometidas aos atuais órgãos autárquicos.”* Não refere qual a Legislação em que fundamentou a resposta que impede um deputado municipal de obter documentação da atividade municipal, neste caso, trata-se de

lh.
Pedro
M

contratação pública, tanto mais se considerarmos o direito de acesso por parte dos cidadãos aos documentos administrativos, nos termos do art.º 3.º, n.º 1, alínea a), subalínea ii), e do art.º 5.º, n.º 1 e 2 da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto. -----

Meus senhores e minhas senhoras, quatro mais três mais dois e meio, igual a nove meses e meio para receber uma resposta “chapa cinco”, atributo deste Executivo: “come e cala”. Pois tenho a informar que comer, não comi, e calar, também não calei. Tendo ficado a saber que o referido *lettering* foi executado no início do novo mandato autárquico 2021-25, enviei via correio eletrónico o Requerimento n.º 1/2023, em 27 de fevereiro de 2023, ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, expondo a situação e reiterando o pedido no Requerimento n.º 15/2022.- Na relação de correspondência está registado com o n.º 39. Só que este novo requerimento foi também feito ao abrigo do disposto no art.º 5.º e no n.º 1 do art.º 12.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que regula o regime de acesso à informação administrativa e aos documentos administrativos. -----

Como não recebi resposta, decorrido o prazo previsto no art.º 15.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, ou seja, nos dez dias úteis seguintes, nos termos do n.º 1 do art.º 16.º do mesmo diploma legal, apresentei queixa à CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos no dia 31 de março passado, pretendendo o acesso e a consulta de toda a documentação relativa a este processo. -----

No dia 19 de abril, ou seja, passados vinte dias da data da queixa por mim apresentada – o Presidente da Câmara Municipal respondeu ao Presidente da CADA, terminando assim, e passo a citar: *“Aguarda-se que o queixoso agende data e hora para, no local, poder consultar os documentos pretendidos.” E diz ainda o seguinte: “No que se prende com o cumprimento do disposto no art.º 9.º da LADA, igualmente referido no ofício de V. Exa., damos conta de que foram reforçadas instruções junto dos serviços competentes para o acesso ao sítio eletrónico da CADA, com os fins indicados.” E remata assim: “No demais, afirmo o propósito de pugnar pelo estrito cumprimento dos princípios da atividade administrativa aplicáveis aos órgãos autárquicos, em tudo o que contender com o acesso e reutilização da informação administrativa, designadamente dos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da colaboração com os particulares.”* -----

Srs. Presidentes, não havia necessidade, estas boas práticas já deviam estar implementadas no Município desde sempre. Já diz o ditado, “mais vale tarde do que nunca”. -----

Na segunda-feira passada, o “queixoso”, eu, dei conhecimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal do teor da resposta, solicitando a consulta do processo na tarde de hoje. Até ao momento, não obtive qualquer resposta. -----

Para memória futura, vou entregar na Mesa cópia do ofício, para ficar apenso à ata. E também vou entregar o Requerimento n.º 3/2023. -----

M.
Pedro
MN

-----**O Presidente de Mesa:** Enquanto o Sr. Deputado entrega o documento à mesa, dizer que já estão presentes o Sr. Deputado Diogo Oliveira e António Júlio Andrade, que já estavam presentes antes do início da intervenção do Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Também vou entregar – e peço desculpa pela interrupção – o Requerimento n.º 4/2023, que passo a ler, muito rapidamente: -----

“Requerimento n.º 4/2023 -----

Exmo. Sr. Luís Miranda Rei, Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo -----

28 de abril de 2023 -----

Assunto: Despacho de delegação de competências na Técnica Superior Lúcia Pissarro -----

Na resposta dada ao meu Requerimento n.º 15/2022, o Ofício n.º 931/22-DAF Jurídico, datado de 14/12/2022, é assinado pela técnica superior Lúcia Pissarro. -----

Venho solicitar cópia do despacho emitido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo de delegação de competências na referida técnica. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

O Deputado Municipal, José Manuel Rodrigues Aires”. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. E para terminar este ponto, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. E como não compareci à última reunião, desejo-vos um bom ano de 2023. -----

Já agora, vou interpelar o último orador, porque fiquei com uma dúvida, sobre se se dirigiu aos serviços, ou não, tal como dizia o ofício. -----

Na última terça-feira, fizemos o 49.º aniversário do 25 de abril. O dia 25 de abril foi o início de uma mudança de regime que, hoje em dia, todos acolhemos como, ao momento, o melhor regime possível, que é a democracia. Mas, há que não esquecer que este processo não foi em um dia; demorou cerca de um ano e meio. -----

Este Executivo já celebrou o 25 de novembro, com a presença do General Ramalho Eanes. Nos últimos anos, não tem celebrado este dia. Eu gostaria que este Executivo voltasse a celebrar o 25 de novembro, já que não faz sentido um 25 de abril sem o 25 de novembro. Andam os dois dias juntos, e são os dois dias que marcam a democracia. -----

Obrigado. -----

14.
Edo
MA

-----O **Presidente de Mesa**: Obrigado, Sr. Deputado. Então, iríamos passar ao Período da ordem do dia. -----

----- **2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Diogo Oliveira (PS)**, **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**, **Sílvia Santos (PS)**, **Bernardo Silva (Coligação PSD/CDS)**, **José Aires (PS)**, **Fausto Tiago (PS)** e **José Meneses (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----O **Presidente de Mesa**: Sr. Presidente, faça favor. -----

-----O **Presidente da Câmara Municipal**: Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito bom dia a todos.-----

Eu destaco, nesta Assembleia, a comemoração dos setecentos e trinta e oito anos da atribuição do foral de Torre de Moncorvo, por D. Dinis, e o culminar de um processo de cerca de trinta anos, que foi a entrega de documentos de propriedade do Município de Torre de Moncorvo, e que estavam em Vila Flor. E, portanto, passaram vários Presidentes por Vila Flor, passou um Presidente por Torre de Moncorvo, e culminou-se agora na entrega de documentos que são importantíssimos para a história de Torre de Moncorvo, e também, obviamente, que objetos que estavam à guarda do Museu do Ferro, e que pertenciam a Vila Flor, com a construção do novo museu de Vila Flor, através do apoio e supervisão da DRCN, passaram do Museu do Ferro para Vila Flor. -----

Portanto, dá-se cumprimento aqui também, para além da boa vizinhança, ao cumprimento estrito de importantes documentos que fazem a história dos dois concelhos. E, portanto, eu gostaria aqui também de realçar esse bom relacionamento, que permitiu que a história e a cultura estivessem hoje na casa que é de cada um. -----

Muito obrigado. -----

-----O **Presidente de Mesa**: Temos cinco intervenções, vamos intercalar, como é hábito. -----
Sr. Deputado Diogo Oliveira, tem a palavra. -----

-----O **Deputado Diogo Oliveira**: Bom dia a todos os presentes. Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, os restantes elementos da mesma, cumprimento todas e todos os membros do

M.
Pedro
M

Executivo, caros e caras Presidentes de Junta, caros membros do público, caras e caros funcionários. -----

Sr. Presidente, é normal e é expectável que todos nós fiquemos estupefactos com o facto de, se bem se lembra, o Sr. Presidente insultar gratuitamente, em plena Assembleia Municipal, um deputado do Partido Socialista, de “papagaio”, quando esse deputado o questionou sobre se em qualquer das linhas que se encontravam dispostas neste Ponto n.º 1, conseguia encontrar um ponto, ou um vislumbre disso, no qual estaria disposta alguma coisa que se destacaria pela diferença, e que realmente permitisse vermos uma verdadeira criação de valor dentro do nosso concelho. -----

Parece uma história da carochinha, Sr. Presidente, linhas, linhas e mais linhas, e nada. Papaguear para aqui, papaguear para ali, mas quando é que o Sr. Presidente apresenta algo de útil para o nosso concelho? -----

Apresentou o desinvestimento na Amendoeira em Flor, que de ano para ano se tende a desvanecer, e pouco mais. É verdade que houve um forte investimento na Feira Medieval, que é, de facto, um evento de destaque na nossa região, e tem conseguido levar a Feira Medieval. Mas, não consideram a Amendoeira em Flor um evento que merece um maior destaque no nosso concelho, visto que a amêndoa coberta foi considerada, em 2019, uma das sete maravilhas doces de Portugal, e a amêndoa sempre foi considerada um dos produtos de destaque da nossa região? Acha que aparecer o Sr. Deputado José Meneses na Praça da Alegria, numa tentativa de lecionar mais uma das suas célebres aulas do “ter palco”, melhora alguma coisa? -----

Ninguém conseguirá afirmar que sim, se quando olhamos para o nosso concelho, concluimos que não temos um verdadeiro evento da Amendoeira em Flor, um evento que se destaque e eleve o nosso concelho acima de todos os concelhos vizinhos. E não é com um mercadinho de meia dúzia de barracas no meio da praça que vamos atingir esse patamar, e que em nada enobrece os produtores da nossa região, o nosso produto, ou até o nosso concelho. -----

Pois bem, Sr. Presidente, vou contar-lhe uma história: era uma vez um grupo de jovens Moncorvenses que se deslocaram à Freguesia da Foz do Sabor. E tendo em conta a freguesia em questão, não poderiam, claro, deixar de fazer uma visita à Taberna do Zé Relhas, para desfrutarem de um divinal almoço, após o qual acharam por bem espriarem-se pelas ruas da freguesia, a fim de fazerem uma visita ao parque infantil. Calcorreando as ruas, passo após passo, e lá chegados, depararam-se com mais uma situação lamentável na freguesia e no concelho: o parque infantil da freguesia encontrava-se num estado deplorável – portão aberto, um relvado que deu lugar a erva, com ratos a substituírem as nossas crianças como seus verdadeiros destinatários, e a passarem pelo parque como se já dele se tivessem apropriado, baldes de lixo com um cheiro nauseabundo, emprestando um perfume tóxico a toda a zona envolvente, recipientes aos quais os animais recorrem para se alimentarem, não podendo faltar

dejetos de animais, que são antro atrativo para atrair todo o tipo de insetos, podendo transmitir doenças infectocontagiosas. E claro, não faltava a cereja no topo deste bolo, completamente inexistente a manutenção dos equipamentos lá instalados. -----

Sr. Presidente, a história poderia ficar por aqui, mas prolonga-se. Isto não acontece num universo paralelo, ou quiçá no mundo dos sonhos; isto acontece aqui, no nosso concelho, em Torre de Moncorvo. Até poderíamos viver no mundo dos sonhos, mas o Sr. Presidente aparentemente prefere transformar o nosso concelho num concelho em que até no dicionário ??? temos dificuldade em encontrar adjetivos que tão bem descrevam a inércia e a indiferença do Executivo Camarário para com o bem-estar dos munícipes e a saúde pública. -----

Pois bem, Sr. Presidente, V. Exa. não pode negar esta realidade, porque se encontra exposta na publicação efetuada pela Juventude Socialista no *Facebook*, que foi efetuada no dia 23 de fevereiro de 2023. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Deputado Luís João. -----

-----O Deputado Luís Dias: Obrigado, Sr. Presidente. -----

Da informação enviada pelo Executivo, tenho a realçar toda a parte cultural, começando no âmbito da Odisseia Nacional, que teve lugar no Celeiro o espetáculo "Mendo Corvo", que contou com a participação da Escola Municipal Sabor Artes e do Grupo "Alma de Ferro". Mais uma vez, houve a união de duas instituições culturais do concelho. E, já agora, mais atividades destas deveriam ser promovidas por parte do Município, como por exemplo, com as bandas filarmónicas, com o Grupo de Folclore. Quanto mais interações houver entre estas instituições, mais o concelho ganha, já que a cultura não fica estanque dentro de gavetas, mas sim uma cultura como um armário, em que todos os grupos participam. -----

Ainda no mesmo âmbito, tenho a realçar a estreia nacional da peça "Nau Nau Maria", na residência artística do Teatro Nacional D. Maria II. Tenho a dizer que mais atividades destas são bem-vindas a este concelho. -----

Agora, a nível de educação ambiental, a visita ao Ecocentro dos alunos do jardim de infância.--- São os mais jovens que educam os mais velhos a reciclar e a bem tratar os nossos lixos. -----

Tenho a realçar que estamos no Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, e no dia 1 de abril, o Município e as outras instituições, eu, em representação da Assembleia Municipal, fomos instalar em vários pontos da sede do concelho um laço azul, em símbolo desta mesma prevenção dos maus tratos na infância. -----

E por último, ainda na parte cultural, o Sr. Presidente do Executivo já referiu a comemoração dos setecentos e trinta e oito anos da atribuição de foral a Torre de Moncorvo, e a iniciativa conjunta

com o Município de Vila Flor. E eu tenho a propor a este Executivo que se junte a outros Municípios e que peçam o património que está neste momento no Museu Nacional de Arqueologia. Por exemplo, há um berrão falso que está no nosso Museu do Ferro, e o original está encostado em qualquer sítio, nesse mesmo museu. -----

Houve aqui uma entrega de quinze estelas por parte de Moncorvo a Vila Flor. Uma das estelas, ou provavelmente a estela mais antiga do país também está nesse museu, e não está no território. Quando é que os Municípios se vão unir e pedir a este mesmo museu, e ao Ministério da Cultura, para que regresse ao território, e seja valorizado o território com o património que lhe pertence? Por exemplo, mais uma vez esta estela, a promoção desta estela, neste momento, está – passo a publicidade – é o símbolo da Quinta do Couquinho. A Quinta do Couquinho promove esta estela, sendo o seu símbolo esta mesma estela, que dizem que é uma das mais antigas do país. Deixo este repto. -----

Em relação à parte financeira, se as contas não me falham, estamos praticamente sem dívidas.- Gostava que o Sr. Presidente pudesse dar uma palavra sobre a nossa situação financeira, mais pormenorizada. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado. Sra. Deputada Sílvia Santos. -----

-----A Deputada Sílvia Santos: Muito obrigada. -----

Sr. Presidente, foi com muita surpresa que, no passado dia 19 de março, ficámos a saber que, este ano, privou a ACIM do habitual protocolo de cooperação. Sendo a ACIM uma das associações mais importantes do concelho, que mantém a proximidade com os comerciantes e empresários desta vila, uma entidade de utilidade pública sem fins lucrativos, e que muita falta faz aos comerciantes, seria de extrema importância o Sr. Presidente esclarecer todos os presentes do por quê. -----

E mais, tenciona deixar a associação sem o respetivo apoio? -----

Outra questão, Sr. Presidente: já o questionei na reunião anterior relativamente ao jardim, e o Sr. Presidente descartou a resposta, passando a atacar-me pessoalmente. Mas, o meu interesse não é, e nunca será pessoal. Quero só saber o por quê de o bar que está dentro do jardim estar fechado, em plena Feira Medieval, que tal como o Sr. Presidente disse em entrevista, recebemos sessenta mil visitantes. Quem é que fez a conta, Sr. Presidente? Foi o mesmo que fez as contas dos duzentos autocarros de turismo? -----

Sendo um sítio tão acolhedor, com uma das melhores esplanadas da vila, com excelentes condições para trabalhar, visto até que foram feitas obras de renovação, não encontro

14
Reduzido
101

justificação para este lugar estar fechado, tendo todas as condições para se tornar num dos melhores restaurantes de Moncorvo. -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Gostaria de deixar aqui umas palavras, também numa ótica de informação, que foi efetivamente este Município que tratou da adesão da amêndoa coberta, Sr. Deputado, ao certificado do IGP, que financia os produtores locais para que possam ter esse mesmo certificado, que promove a educação e não deixa morrer esta arte no nosso território, que ao longo de mais de um mês, aquando da Amendoeira em Flor, desenvolve atividades ao longo desse mês completo. -----

E, portanto, na política têm que se fazer decisões, e eu acho muito bem e muito acertada a decisão deste Município de continuar a apoiar a amêndoa coberta de uma forma produtiva, onde instrui os seus comerciantes a desenvolverem esta atividade comercial e a promove ao longo do mês, e a apostar efetivamente na Feira Medieval. Aí consegue-se destacar no meio do nosso território. -----

Também relevo a importância da entrega dos documentos que foram feitos para o nosso território, é extremamente importante que a nossa história possa estar nos nossos arquivos e do nosso lado. -----

E no que diz respeito à parte financeira, Sr. Presidente, eu reforçaria aqui também a pergunta do Sr. Deputado: de uma forma informal, ou contabilística, podemos já afirmar que a dívida do Município estará perto do zero? -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. E para terminar esta ronda, o Sr. Deputado José Aires. Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, fiquei deveras admirado que não tenha relatado a Feira Medieval, uma vez que a sua informação tem inscrita a data de hoje, 28 de abril de 2023. Nos termos do articulado que V. Exa. refere, alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município deve ser enviada ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão. Neste caso, quer-

14
Pedro
MA

me parecer que devia ter sido enviada no dia 20 de abril. Ou houve lapso, ou foi enviada fora do prazo. -----

Para quem é tão exigente com os prazos como são V. Exas., não se compreende este descuido.- Prazos são só para alguns, não são para todos. -----

Ficámos a saber, só agora, que no dia 14 de abril foram comemorados os setecentos e trinta e oito anos de atribuição do foral por D. Dinis a Torre de Moncorvo. A comemoração constou na troca de valores patrimoniais entre dois Municípios vizinhos – entre Torre de Moncorvo e Vila Flor. Não estou recordado de este assunto ter vindo à Assembleia Municipal, órgão com competência para autorizar a Câmara Municipal a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do Município, independentemente do seu valor, conforme a alínea i) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013. Mas, pode ser esquecimento meu. Neste mandato, tenho a certeza que não foi. -----

Como V. Exas. não se cansam de repetir, a cada mandato o que é de cada mandato. Por essa razão, solicito ao Sr. Presidente da Câmara que esclareça em que data a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo autorizou a transferência e a troca de bens artísticos do Município com o concelho vizinho. Tendo em conta que o Centro Interpretativo do Cabeço da Mina, em Assares, Concelho de Vila Flor, foi inaugurado em 2017, em que moldes e quando é que foram entregues o conjunto de quinze fragmentos de estelas pelo Município de Torre de Moncorvo ao Município de Vila Flor? -----

Na última Assembleia Municipal, deu conhecimento de que estava a decorrer nesse mesmo dia uma reunião entre a empresa Mota-Engil e os técnicos da autarquia, para estudarem uma série de situações na nova área de acolhimento empresarial da Junqueira. Pensei que hoje nos trazia novidades, boas novas, e iria informar esta Assembleia das conclusões dessa reunião. Quantos lotes estão a pensar adquirir? O regulamento já está finalizado? Quando vem a esta Assembleia Municipal? -----

Afinal, vem dar conhecimento de que a obra ainda está em execução. Como está a pensar atrair a fixação de empresas do litoral, quando o que tem para apresentar é um loteamento empresarial que não passa da cepa torta, continua em obra, não se vislumbrando um fim à vista? -----
Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Bom, obviamente que o Município, Sr. Deputado Diogo Oliveira, promove a amêndoa coberta e a amêndoa; temos perspetivas diferentes da comemoração. E uma discussão só vale a pena

14.
Pedro
MN

quando um de nós ficar enriquecido com a discussão. Se nenhum de nós ficar enriquecido, porque temos provavelmente posições opostas, não vale a pena discutirmos. -----

Mas, deixe-me dizer-lhe que trouxe aqui, mais uma vez, o termo “papagaio”. Isto é de quem não consegue ter uma ideia nova, é que o senhor me acusou a mim de eu não usar sequer o novo acordo ortográfico. Recorda-se disso? Bem, mas hoje ficámos a saber que o novo dicionário brasileiro tem um novo termo, que é “Pelé”. É o que o senhor é, é um “Pelé”, é fora do comum. Foi hoje no novo dicionário brasileiro, o senhor é fora do comum. É que até consegui trazer assuntos aqui que eu disse ao Sr. Presidente da Assembleia que não me podia pronunciar sobre os assuntos relevantes para o Município, e o senhor traz, deixando passar os assuntos relevantes para o Município, para o Ponto n.º 1, que é a apreciação da atividade municipal e informação escrita do Sr. Presidente. -----

Portanto, não lhe posso responder. Havia muito para responder, se trazer na próxima reunião, mas tem que ser no ponto certo. Está bem, Sr. Deputado? Apesar de o senhor ser um “Pelé”. -- E, portanto, dizer algumas coisas. As comemorações não são só com espetáculos. Não temos necessidade de fazer concorrência a quem tem espetáculos, e é a festa deles, nos dias da Amendoeira em Flor, como é o caso de Foz Coa. Não temos de fazer concorrência a outros Municípios aqui vizinhos – aliás, esta foi sempre a atitude que tomámos, na Associação de Municípios do Douro Superior, fazer com que não convergissem festas ou eventos culturais, ou outros, que pudessem estragar, de um Município ou de outro, fazendo partilhas aqui de públicos. E, portanto, a nossa aposta foi muito mais virada para a parte cultural, e não tenho a menor dúvida que o termos tido cá a estreia de uma peça com o Teatro D. Maria II, uma residência artística, termos aqui também algo que lhe deve ter passado ao lado, que foi o “Douro Superior com vida e movimento”, onde estiveram aqui presentes oito Municípios, com as suas atividades etnográficas e com a sua história. -----

Portanto, quanto a isto, estamos naquela fase em que não vale a pena mais discutir, porque não chegamos a acordo. -----

Sr. Deputado Luís João, obviamente que o berrão de que está a falar é uma cópia, e nós gostaríamos – e já por diversas vezes salientámos que em vez de estar no Museu Nacional de Arte Antiga, devia estar aqui. Mas, repare que quando vivemos um período de descentralização, o próprio Arquivo Distrital vem buscar documentos que são propriedade do Município, porque ainda existe uma Lei a dizer que qualquer documento tem de ir para o Arquivo Distrital. Nós opusemo-nos a isso, não demos qualquer tipo de ajuda para retirarem daqui os documentos; se quiserem, vêm cá buscá-los, porque já noutros mandatos houve essa forte oposição para ficarem cá. -----

Eu até compreendo que nos anos setenta, oitenta, provavelmente só Bragança é que teria condições. Mas hoje, a maior parte dos concelhos – para não dizer todos – têm condições para

ter os seus documentos históricos nas suas instalações. E nós pugnamos por isso. Não vale a pena criticarmos aqui os excessos da extrema-direita, quando temos os excessos da extrema-esquerda, em que a estátua do Vasco da Gama deve cair, a do Pedro Álvares Cabral deve cair, e qualquer dia nem devem estar nos livros de estudo. É passar uma borracha, não existem. ---- E, portanto, quando nós falamos das trocas entre os países, aqueles que trouxeram do Egipto, da Grécia, uma série de coisas, e que hoje estão em museus da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, nós devemos começar também por estes. -----

E, portanto, o Estado Português, o Governo Central deveria fazer, desde logo, não como a habitação, mas deveria fazer, desde logo, uma recolha dos espaços que estejam habilitados para ter a própria história de cada Município. E, portanto, o berrão estaria aqui, a estela estaria aqui também. -----

A situação financeira, obviamente não é zero, mas, como foi um compromisso nosso, era fazer amortizações de cerca de 1.000.000€ por ano. Portanto, é isso que temos feito. E o saldo poderia ser positivo, se tivéssemos já o que temos contratualizado, em termos da situação de fundos europeus, poderia estar muito próximo do zero. -----

Eu não sei se vale a pena estar no zero. Eu acho que vale a pena investir. E, portanto, se tivermos que fazer empréstimos, têm que ser feitos, mas não podem ser os empréstimos – um empréstimo nos termos cor de rosa que foram anunciados, até 31 de dezembro, que diziam “não vamos conseguir pagar”, e acredito que não consigam. Mas, como o FEF também vai ser diminuído a partir de julho, vamos dar aqui uma hipótese de poderem ir ao FAM, no montante de diminuição das despesas correntes. E fomos todos notificados – claro, e bem – que a Bancada do Partido Socialista teve logo a peregrina ideia de dizer: “Já nem conseguem pagar os vencimentos, é por isso que vão ao FAM.” Foi logo a peregrina ideia. -----

O que é verdade é que essa foi uma medida que era para ser até 31 de dezembro. Recordam-se que nós trouxemos aqui essa medida. Foi logo “já não têm dinheiro”, “já não fazem”. Não, era uma forma de aquilo que nos tiraram poder ser repostos. Mas, coincidência das coincidências, passou o 31 de dezembro, e nada, não obtivemos nada – nem nós, nem os outros. Mais uma medida que ficou no papel. -----

Portanto, se tiver que haver investimento, e investimento avultado, se tivermos que fazer face a qualquer tipo de constrangimento financeiro no término deste quadro, iremos recorrer à banca.- Por isso é que temos disponibilidade, e por isso é que resolvemos os nossos compromissos. ----- Sra. Deputada Sílvia Santos, duas questões muito simples de responder. Uma, eu não ia tocar mais no assunto, mas como a senhora toca, eu tenho que responder. -----

Os contratos-programa são feitos mediante as necessidades que existem, e dentro de um parâmetro que é aquilo que temos de desenvolver. Durante muito tempo, desenvolveu-se a formação, e o parceiro era a ACIM. Neste momento, a ACIM já tem formação própria. Fizemos

lh.
Pedro

MA

ainda agora um protocolo com a ACIM para o borrego terrincho, e pago – protocolado e pago. Ou seja, havemos de fazer mais, sempre que sejam estas necessidades. Não vai ficar ninguém sem protocolos, quando assim se entender que são úteis para o concelho. O que tínhamos é que já não está, porque já está desenvolvido noutra parceria, e bem. -----

Quanto ao jardim, eu espero levar brevemente a reunião de Câmara para procedermos a hasta pública. É assim que as coisas correm e que se fazem. Completamente de acordo consigo. É aprazível? É. É um local excelente? É. Tudo o que disse é verdade. Mas, eu tenho que lhe dizer que enquanto eu estiver neste lugar, não vou andar à procura de quem tenha tido acidentes para pagar o que quer que seja através de uma concessão. Isso não vou fazer. E, portanto, eu não sabia, foi a senhora que o disse aqui, que eu não o sabia. A senhora é que o disse, ficou gravado e ficou em ata. E, portanto, eu não queria tocar outra vez nisto. Nem é por mim, é por si. -----

Sr. Deputado José Aires, efetivamente o senhor deve ter recebido, como todos, este ponto com a minha informação. Portanto, se estamos hoje a dia 28, é dia 28, porque é o dia da Assembleia. Mas, eu passarei a colocar o dia em que mando. Já no início, se reparar, vem desde a Assembleia até ao dia em que vai decorrer, exatamente igual. Por isso, está aqui o dia 28. Mas, eu coloco no dia em que entrego, porque sei que o senhor recebeu. -----

Bom, eu já estava à espera que o Sr. Deputado tocasse no assunto que foi comentado pelo Mensageiro, eu já estava à espera que o trouxesse. Tenho a certeza, aliás, que há aqui pessoas que terão maior e melhor conhecimento de como é que os documentos de Moncorvo, cujo proprietário é o Município, terão ido parar a Vila Flor. Eu não tenho, mas de certeza que poderá haver pessoas aqui, por mais tempo que estiveram nos órgãos camarários, que conheçam o que é que aconteceu lá. -----

Agora, o que o senhor disse não tem cabimento aqui, desde logo por duas razões: estelas de Vila Flor, o proprietário sempre foi o Município de Vila Flor, não tinha era onde colocar, e, portanto, a DRCN, que foi quem apoiou, ajudou, fez o que fosse, entregou as estelas que foram encontradas no Concelho de Vila Flor. E, portanto, são propriedade de Vila Flor – a não ser que o Sr. Deputado preferisse que fossem enviadas para Lisboa, penso que não, nem lhe passou isso pela cabeça, penso eu. -----

Quanto aos documentos de Moncorvo, não tinham que ser trocados, tinham é que ser devolvidos, porque estavam carimbados, estavam com o carimbo da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. Aliás, aqueles documentos serviram para uma tese de doutoramento, e foi essa a nossa sorte, porque se não têm servido para uma tese de doutoramento, no século passado, provavelmente não teríamos conhecimento deles como sendo de Torre de Moncorvo, com o carimbo da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. -----

Portanto, eu pergunto, Sr. Deputado: acha que isso é um artefacto, ou um objeto artístico, cuja propriedade era reconhecida a Torre de Moncorvo, que regressou a casa, que tenha que vir aqui

M
Pedro
M.

para fazer trocas, ou comodatos, ou o que seja? Está aí um equívoco, aquilo é propriedade que nunca devia ter saído daqui. O que o senhor devia ter perguntado, e se devia ter questionado, é que uma pessoa pública deixa sair os seus documentos, e estão trinta anos para regressar. E as perguntas têm que ser estas: quem os retirou do arquivo de Torre de Moncorvo? Quem deu autorização para serem entregues? Quem os emprestou? Ou, no limite do limite, e não sendo um empréstimo abusivo, quem os “roubou”. Isso é que nós devíamos ter perguntado. Roubou, entre aspas, porque o roubo tem, obviamente e implicitamente, a violência; mas, noutra palavra, quem os sonegou, como é que isto foi. Eu tenho a certeza que o Sr. Deputado não sabe, eu também não sei. -----

Agora, acha normal, trinta anos, ou vinte anos, ou o que fosse, estarem num Município que não é o nosso, com o carimbo da nossa Câmara? Eu não acho normal. Estas é que são as perguntas que nós temos de fazer, quem é que os emprestou, e quem é que os tirou de lá, por que é que demoraram tanto tempo a regressar. Isso é que são as questões. -----

Felizmente, agora estão em casa. E, portanto, nós não trocámos nada. O Museu do Ferro limitava-se a ter umas estelas que pertenciam a Vila Flor, e Vila Flor tinha documentos que não lhe pertenciam, e que nunca deviam ter estado lá. E por isso é que foram entregues, e ainda bem que foram entregues, e tenho que dar aqui uma palavra ao atual Presidente da Câmara de Vila Flor, que agarrou neste assunto, e se resolveu definitivamente. E hoje podemos ir ao arquivo e ver esses documentos, que só falam de Torre de Moncorvo. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Segunda ronda de intervenções. Estão encerradas as inscrições. -----

Em primeiro lugar, vai intervir o Sr. Deputado Fausto Tiago. Faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, e demais presentes na sala. -----

Ontem, passava ali perto da zona do Sabor, e fui espreitar a praia – não sei se é praia, a zona balnear. E fiquei agradavelmente surpreendido, porque vi lá muita gente – pensei que aquilo estaria completamente deserto, mas não, havia lá bastantes pessoas, cerca de trinta ou quarenta pessoas. E engraçado, que muitas delas, deu-me uma ideia de que seriam estrangeiras, porque havia caravanas com matrícula estrangeira, e aparentemente as pessoas que estavam lá, muitas delas não eram portuguesas, não eram nacionais. Fiquei surpreendido, de facto, que havia lá muita gente, e pensei que iria encontrar a zona completamente deserta. Foi uma agradável surpresa. -----

Por outro lado, há o reverso, que é que há lá recipientes para receber lixo que estão

h
Redo

h

completamente a vazar. Não sei se já os limpam hoje, se não limpam, o Sr. Presidente quando sair daqui vai lá e vê, recipientes, quatro ou cinco que estão lá – há os contentores grandes, e há os outros pequeninos que estão lá a vazar lixo. Os quartos de banho estão fechados. E por acaso ia uma pessoa comigo, e ao chegarmos à praia – não sei se isto ainda tem a ver com este Executivo, se já é com os Executivos do Partido Socialista – ao chegarmos à zona, há um muro mesmo em frente, que eu acho que é uma aberração, é uma aberração completa. Eu não sei se já foi feito neste Executivo, se foi no anterior, não sei, mas aquilo, de facto, é um muro. A pessoa disse: temos aqui um muro para tapar completamente a visão às pessoas que chegam àquele local. -----

Acho que é de cuidar a zona, penso que tem potencial, e fiquei, de facto, admirado, porque estamos no mês de abril, e, de facto, havia lá gente – não é gente como há no mês de agosto, mas havia lá entre trinta a quarenta pessoas, de certeza absoluta. Há depois o reverso, que são as casas de banho fechadas, lixo a vazar, e isso, penso que tem que ser corrigido. -----

Relativamente à atividade municipal, eu fico surpreendido, como é que um deputado, que é uma pessoa que está a investir no concelho, ligado à agricultura, fica contente quando diz: “Sr. Presidente, estamos a chegar ao nível zero da dívida.” Isso é uma má notícia para ti, para mim e para todos, para o concelho. Mas, pior do que isso é o Sr. Presidente da Câmara depois vir explicar, e vem acrescentar: nós estamos lá quase, ainda não estamos porque os empréstimos, ou os contratos que estão feitos com a Administração Central, ainda não temos essa compensação financeira. Quer dizer, o Sr. Presidente depois diz: mas, se houver necessidade de contrair empréstimos, nós lá iremos contrair esses empréstimos. Quer dizer que não há, quer dizer que o Sr. Presidente está a meio do mandato, do seu último mandato, e não tem projetos, não tem uma perspetiva, ainda não disse assim: eu tenho este projeto e este projeto, e para isto vou ter que precisar de ir à banca contrair empréstimos. -----

Por que é que isto acontece? Porque o Sr. Presidente se limita a fazer gestão corrente disto. O Sr. Presidente chega ao seu último mandato, faltam dois anos para terminar, e não chega aqui e diz assim: de facto, nós temos uma situação financeira equilibrada, e agora podemos avançar, de facto, para projetos que podem mudar alguma coisa no nosso concelho. O senhor já falou em pontes, já falou em barragens, já falou em N coisas, e não diz assim: de facto, eu tenho essa situação financeira que me vai permitir investir agora, nesse sentido, neste ou neste projeto. Por quê? Porque o senhor não tem projetos. Aliás, o senhor encontrou um, quando chegou à Câmara, há doze anos, está lá metido na gaveta. Mas, para dar andamento a isso, é preciso ter muita dor de cabeça, é preciso pensar, é preciso agir, é preciso ter preocupações. -----

Nós, às vezes, nas nossas aldeias vemos agricultores que investem, que andam sempre a fazer novos projetos, estão sempre em dívida, andam sempre, como se diz em termos correntes, “com as calças na mão”, porque o dinheiro não chega para isto e para aquilo. Nós, depois, acabamos

por ver que esses são aqueles que vão para a frente, porque investem, porque avançam, não é aquele que tem uma continha no banco, de 20.000€ ou 30.000€, e está muito contente e satisfeito, porque vai fazendo umas coisinhas. Esses não saem da cepa torta. -----

É o que acontece com o senhor, nós não saímos da cepa torta. Por quê? Porque o senhor se limita a fazer gestão corrente. O senhor não investe, o senhor não tem projetos, não tem ideias novas para o concelho. -----

Ao nível da água, o senhor encontrou aquilo que encontrou, o problema da água ao nível do abastecimento doméstico está resolvido, o senhor encontrou isso feito. Já foi mais além? Não, nem vai. Por aquilo que disse aqui, não vai. O senhor falou, da primeira vez que falei aqui em barragens, veio logo dizer que já temos ali um projeto, metido na gaveta, que ia buscá-lo e fazer. Não faz nada, o senhor não vai fazer nada. Estamos a dois anos do fim do mandato, e o senhor vai fazer o quê? Vai fazer mais umas festinhas, mais uma Feira Medieval, e mais umas coisinhas assim. O resto, zero. É isso, Sr. Presidente, está a dois anos do fim do seu último mandato, provavelmente não volta a ser Presidente da Câmara – penso eu, não sei, até poderá vir a ser, mas provavelmente não volta a ser o Presidente da Câmara – e o senhor perdeu uma oportunidade de ouro. O senhor conseguiu equilibrar mais ou menos as contas, e agora podia, de facto, no último mandato, fazer coisas que marcassem, que dissessem assim: “Quando o Sr. Dr. Nuno Gonçalves foi Presidente da Câmara, deixou-nos esta obra, que, de facto, ajudou a melhorar a vida do concelho.” O senhor não vai deixar nada disso, vai deixar uma gestão corrente equilibrada, e pouco mais do que isso, Sr. Presidente. É a avaliação que eu faço. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu, por motivos profissionais, vou viajando muito pelo território, e quando um Município faz uma ETAR nova, põe outdoors. A minha questão é por que é que o Sr. Presidente não faz isso.-----

Construiu três ETAR's novas, ou requalificou três ETAR's, e não houve um *outdoor*, não houve a promoção desse investimento. Isso também é obra. Não se vê, porque está debaixo de terra.-

A minha outra questão, ainda sobre a água, é a questão do fibrocimento. Há muitas freguesias com fibrocimento. Para quando a requalificação dessas linhas? Eu sei que pertencem, neste momento, à ADIN, essas questões, mas há previsão de mudanças destas canalizações, já que assistimos, este ano, na rua que liga a praça ao Prado de Cima, uma rutura enorme que fez com que a rua estivesse fechada e em obras durante algum tempo. Para quando essas alterações do fibrocimento? -----

Essas obras que não se veem são muito importantes, Sr. Presidente. E eu, a título de sugestão,

M.
Pedia

M.

aconselhava-o a promover com *outdoors*, que é para as pessoas verem, porque como estão debaixo de terra, não se veem. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, o senhor, que está sempre a puxar dos galões das suas competências, então ultrapassou e passou por cima das competências próprias da Assembleia Municipal, e alegadamente entregou bens do Município sem cumprir a Lei? Em qualquer momento, este ato pode vir a ser posto em causa, porque não foram cumpridos os requisitos legais. -----

Sr. Presidente, não havia necessidade, e digo-o pelas razões que elencou na sua resposta, não vejo qualquer justificação para não ter cumprido a Lei, e não ter trazido o assunto a esta Assembleia, a não ser o desrespeito que tem tido para com este órgão. -----

Além da informação escrita, também foi editado e publicado em papel couché o Boletim Municipal trimestral n.º 1/2023, meses de janeiro a março, que vem dar conta de uma série de obras e atividades feitas ao longo do tempo, algumas concluídas – vejam só – no mandato passado. ----

Então, para obtenção de esclarecimentos por parte dos deputados municipais, as contratações públicas de empreitadas, fornecimentos e aquisições de serviços executadas no mandato anterior extravasam as competências de apreciação e fiscalização acometidas aos atuais órgãos autárquicos; já para compor e encher páginas do Boletim, podem ser quaisquer umas, já não interessa em que mandato foram feitas. É caso para dizer, conforme as circunstâncias, umas vezes dá jeito, outras vezes não dá jeito nenhum. -----

Ficámos a saber que se realizou, de 8 a 12 de março, uma prova de pesca, denominada “The first by the Sabor Lake’s”, organizada pela Norbass e Sabor Pesca, em parceria com o Município de Torre de Moncorvo. E este ano culminará em grande, com a realização do 17.º Campeonato do Mundo de Pesca ao Achigã – Embarcado, que se realizará em outubro de 2023. -----

O Sr. Presidente da Câmara foi convidado pela Federação Portuguesa de Pesca Desportiva para estar presente no 16.º Campeonato do Mundo de Pesca ao Achigã em Embarcação, que se realizou entre 16 e 22 de outubro do ano passado, no Lake Murray, em Columbia, no Estado da Carolina do Sul, nos Estados Unidos da América, onde decorreu a passagem de testemunho da organização de 2022 à organização de 2023. A receber o testemunho esteve uma delegação composta por três elementos de Torre de Moncorvo: o Sr. Francisco Morais, o Sr. Joaquim Pereira e o Sr. José Meneses, seu Chefe de Gabinete. Em que qualidade estiveram presentes, e em qual destes elementos o senhor delegou a sua competência de representação do Município? -----

M
Pedra
M

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----O Deputado Bernardo Silva: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Voltando aqui aos outdoors, Sr. Presidente, por que é que nós não temos mais *outdoors* a dizer que nós somos um dos Municípios do país com mais núcleos museológicos no centro histórico da nossa vila? -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. E agora sim, dava a palavra ao Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----O Deputado Diogo Oliveira: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado Bernardo Silva, não digo que nada é feito, apenas questiono se o Sr. Presidente considera suficiente a promoção e o investimento que é feito, ou vamos continuar com a política de pequeninos, ou a economia de pequeninos, porque, na realidade, o "Portugal dos Pequeninos" fica em Coimbra, mas talvez já se tenha esquecido que, entretanto, está em Torre de Moncorvo. Mas, era isso que o Sr. Deputado devia vir aqui e questionar o Sr. Presidente de Câmara, se é suficiente, ou não. Sim, mas é você quem devia fazer esse trabalho, de questionar. Como é do conhecimento desta Assembleia Municipal, a atividade da Juventude Socialista incomoda. Sei que é dor de muitos, mas também é voz de outros tantos, ou ainda mais. E, portanto, a cada ação da JS acontece uma verdadeira ação construtiva do Poder Local, porque a JS e o PS não podem ser apreciados por muitos de vocês, mas sim, podem ter a certeza que estão e estarão sempre na linha da frente para lutar de forma construtiva pelo nosso concelho. Sr. Presidente, atente bem, e claro que deve fazer parte da atividade do Município alertar as entidades competentes, ou proceder ao tratamento destas questões. Ou acha que o Sr. Presidente vem aqui dar aulas de política? E não se esqueça que a única pessoa que precisa de aulas, talvez seja até o Sr. Presidente, que faltou de certeza às aulas de direito na faculdade, e desconhece que a Lei é para cumprir. -----

Aquando da visita que referi na intervenção anterior, ocorreu uma situação muito triste, lamentável, indescritível, e claramente muito dispar daquilo que caracteriza um verdadeiro Moncorvense, o saber acolher. Um grupo de jovens aproximou-se e observou um casal com duas crianças, em que as crianças procuraram aproximar-se do parque. Rapidamente os pais se aperceberam da situação, correram atrás delas e evitaram que se aproximassem mais. Enfim, perdemos um bom momento de brincadeira e divertimento para as crianças. Elas ficaram tristes, a mais nova até chorou, e um idoso aproximou-se e comentou a situação dizendo: "Como podemos atrair jovens para o nosso concelho, se nem os que temos os conseguimos preservar?"

Redo
M.

Não chegava o Sr. Presidente ter levado o nosso concelho a estagnar no tempo, como ainda encontrou todas as formas possíveis e imaginárias para afastar as crianças e os jovens do nosso concelho. Reflexo das políticas do Executivo, que tão deficientemente dirige, não é, Sr. Presidente? Mas, concedamos, Sr. Presidente, V. Exa. é perito nisso, o Sr. Presidente gosta de ser o principal *bully* e constantemente fazer *bullying* com um jovem que é Moncorvense, embora o Sr. Presidente não o respeite como tal, e não valorize o facto de ter regressado à terra dos seus pais e avós, de forma a tentar criar valor e fazer crescer o nosso concelho, depois de ter abdicado de tudo aquilo de que dispunha, de forma a lutar pelo seu grande amor, Torre de Moncorvo. -----

À parte disso, Sr. Presidente, como se diz, quanto mais a luta aquece, mais força tem o PS. E como tal, o alerta efetuado pela JS revelou-se fundamental. Num relativamente curto espaço de tempo, a nossa estrutura deslocou-se novamente àquele parque infantil, e verificou que a erva tinha sido cortada e o parque encerrado, de forma que não seja um palco de infeção, propagação de doenças e risco para os cidadãos que o frequentam, apesar de os contentores de lixo ainda permanecerem num local não propriamente recomendável. -----

As ocorrências falam por si, e o futuro está nas suas mãos, Sr. Presidente. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Terminadas as intervenções, dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado Fausto Tiago, congratulo-me que veja alguma coisa positiva na zona balnear de Torre de Moncorvo, e que tenha tido tempo para se presentear a si próprio com alguns momentos de lazer. -----

Bom, já estivemos aqui a falar, os caixotes do lixo não estão a abarrotar, já foram limpos – não estou a dizer que não estivessem, atenção – as casas de banho estão abertas. Aquele é um espaço concessionado, é um espaço que está concessionado, e o que eu lhe estava a dizer é que o próprio muro é da APDL. Mas, nós aí, por muito que gritemos, saltemos – e aliás, eu e o Sr. Vice-presidente fomos lá, a não concordar e a pedir para eles retirarem aquilo, e eles colocaram lá. E mais, ainda chegaram ao ponto de colocar, como sendo propriedade deles, o espaço do bar, e isso é que nós não concordámos mesmo, e tirámos de lá as letras que lá colocaram. E isso há de se resolver em algum sítio, que não aqui, mas não concordámos mesmo. Ou seja, o espaço é gerido, digamos assim, pela APDL. Mas, concordo consigo, aquele muro tira a visão toda do que é chegar e ver aquele espaço todo. Estamos de acordo. -----

Quanto ao restante, quando o senhor diz que nós não investimos, e que a água já estava

resolvida, pois nós fomos o oitavo Município a investir mais – e isto são dados da CCDR, não são nossos. São dados da CCDR, o oitavo, a nível do POSEUR. Lá está, mas foi debaixo de terra. Isto era só para lhe dar algum exemplo, algum exemplo também do que foi a reestruturação de todo o centro histórico, e de muitas obras que foram feitas, e que nós entendemos que são essenciais para o território. -----

Dizer também que no Larinho, por exemplo, iniciou-se já a retirada do fibrocimento pela ADIN, onde o nosso principal problema era, nesse abastecimento de água que tanta bandeirinha andou aí a correr, e que o Sr. Deputado Fausto Tiago também defende, é que se esqueceram que nós tínhamos mais de 75% de perda de água. Esse era o nosso problema. E, portanto, esse foi mais um investimento que foi feito para reduzirmos as perdas de água. -----

Sr. Deputado José Aires, o que o senhor não conta é que também devia contar aqui aos Srs. Deputados, nomeadamente que esteve perante o Sr. Chefe de Divisão da DAF, que lhe colocou os documentos que o senhor quis para ver, e que o senhor tentou fotografar, e que o Chefe de Divisão lhe disse para não fotografar, e que o senhor, por birrinha, foi embora e não quis ver mais. É que o senhor devia contar isto, é que ninguém lhe escondeu documentos, o senhor é que pensa que pode fazer o que quer e o que não quer. -----

Tal como o que o senhor falou, que deu entrada para ver os documentos, deu entrada no dia 24, dia 25 foi feriado, no dia 26 estive na CIM, e dei despacho ontem, para o Sr. Chefe de Divisão combinar consigo. Agora, as coisas têm de ser feitas como devem ser feitas. E encontramos as coisas lá, porque quando não encontramos os documentos, isso é que é pior. -----

Bom, o Boletim Municipal reporta aquilo que hoje também aqui vamos discutir, que é a prestação de contas de 2022. Se não foi nada feito, não estará lá nada; se foi feita alguma coisa, terá de estar. Vamos ver, depois vamos discutir quanto a isso. -----

Sr. Deputado Diogo, olhe, eu continuo a dizer-lhe, há assuntos que são do âmbito desta Câmara Municipal, há assuntos que são desta Assembleia Municipal, há assuntos que são das Juntas de Freguesia, e há assuntos que são pessoais. Eu digo-lhe que, de todos os assuntos que o senhor trouxe – e eu até gosto de o ouvir, em termos de propaganda, dos gritos, só lhe faltou dizer que quem se mete com o PS, leva, só faltou dizer uma coisa dessas, mas sei que o senhor também tem essa tirada, para algum dia colocar aqui em cima do palco, essa também poderá ser. -----

Agora, digo-lhe uma coisa, quanto ao Portugal dos Pequeninos, foi numa terra onde eu gostei de estar, mas olhe que já não estou lá, infelizmente. Quem está lá ainda é o seu líder da Bancada Parlamentar, ou ex-líder da Bancada Parlamentar. Ele é que está lá, não sou eu. -----

Portanto, quero dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: o senhor devia primeiro ver onde é que tem que levar os assuntos, e de quem é a competência própria desses assuntos. Com isso é que o senhor fazia um trabalho relevante. -----

Agora, quanto às instituições, quantos mais Partidos, mais Juventudes Partidárias houver,

M.
Pedro
M.

Edo
MA

melhor. Para um concelho, quanto mais tiver, melhor. Agora, lá estamos nós outra vez na discussão, o senhor não vai querer que eu concorde consigo, e eu não vou querer que o senhor concorde comigo, estamos no oposto. Eu estarei sempre no centro, o senhor está quase encostado ali ao Bloco de Esquerda. E eu, como não gosto de extremos – porque não são só extremas-direitas, há extremas-esquerdas também – temos sempre esta dificuldade.-----

Pessoalmente, não temos. Pessoalmente, quero acreditar que tanto o senhor, como eu, quereremos o melhor para o Concelho de Torre de Moncorvo. Isto é pessoal, a partir daí estamos de acordo. Depois, a forma de o conseguir, o senhor terá umas ideias políticas, nós teremos outras, mas havemos de conseguir conciliar-nos, em termos de relações pessoais. -----

E, portanto, dizer-vos também – e agora aqui um bocadinho mais de política – que eu, quando vi o deputado Fausto Tiago subir, até pensei que ele viesse criticar a grande carga fiscal que este Governo causa aos portugueses, brutal aumento de impostos. Isto é terrível. Estou eu a dizer, brutal aumento de impostos. O que quer dizer que a grande carga fiscal fez com que os impostos arrecadados – e o Sr. Deputado esqueceu-se de dizer isto, que este novo Ministro também diz, o que custa à Oposição é que nós somos o Governo das contas certas, é o que diz o atual Ministro das Finanças, somos o Governo das contas certas, e eu pensei que o Sr. Deputado Fausto Tiago viesse dizer que é a maior carga fiscal em termos de IRC, a maior carga fiscal em termos de IVA, uma brutal carga na classe trabalhadora, que faz com que não possa investir, e que rematasse com isto, e a maior retirada, em termos de fundos financeiros, às autarquias locais, porque nunca ninguém tinha feito como este Governo. E eu pensei que o Sr. Deputado, na sua independência, viesse dizer isto. Lamentavelmente, não o fez, mas sei que o sente. -----

E agradeço a todos estas questões, espero ter respondido de forma cabal, e que tivesse alguma propriedade em termos da resposta. -----

Quanto à prova do campeonato do mundo, Sr. Deputado, eu acho que o senhor aqui já me tinha acusado que nós íamos para AMVP só para eu ir passear, não sei onde. Nunca fui lá.-----

Infelizmente, por motivos de saúde, também não fui, senão ia, tinha ido. Sabe por quê, Sr. Deputado? Porque eu aprendi uma coisa desde muito cedo, é que a Serra do Reboredo não é a serra mais alta de Portugal, e quando passamos esta, temos outra mais alta, e assim sucessivamente. E nós temos que conhecer mundo e dar mundo às pessoas, porque só assim é que conseguimos fazer algo diferente. Quando achamos que o que estamos a fazer aqui, fechados, sem conhecer nada, é o ideal, mantemo-nos na estagnação, como é óbvio. -----

E, portanto, a única coisa que lhe posso dizer é que todos os convites foram feitos pela Federação. E eu volto a dizer-lhe, para não pensar que eu não quis ir; por motivos de saúde, não pude ir, só por isso. -----

Obrigado. -----

h.
Pedro
M.

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado, defesa da honra? Faça favor, art.º 34.º. Tem cinco minutos, como está no Regimento. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Executivo, Srs. Deputados, Presidentes de Junta, público e funcionários do Município. -----

É uma defesa da honra e um esclarecimento, que foi já também feito pelo Sr. Presidente de Câmara. A Federação Nacional de Pesca fez os convites à Norbass, e à Câmara Municipal, que são parceiros. Por isso, as custas das viagens foram a cargo da Federação. Coube-me a mim, uma vez que o Sr. Presidente não pôde ir, por motivos pessoais e de saúde, representar o Município, e acredito que tenha ficado bem representado - com o meu inglês um pouco rudimentar, mas acho que fomos devidamente expressivos para que este ano o campeonato do Mundo seja representado pelo menos 15 seleções mundiais. -----

De salientar que, em dez anos que estou na autarquia, nunca viajei às custas da Câmara, como já o provei aqui, numa última Assembleia, à exceção de uma viagem que fizemos a França, a representar o Município, mas também foi ao abrigo de uma candidatura. Até mesmo os veículos nos quais me desloco a nível profissional, são os meus próprios. Mas, se calhar, quem estará errado sou eu. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires, não sei se quer, nos termos do Regimento, usar da palavra. Eu penso que o Sr. Presidente da Câmara Municipal já tinha respondido a esta questão. -----

PONTO 2 — APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Diogo Oliveira (PS)**, **Bernardo Silva (Coligação PSD/CDS)**, **José Aires (PS)**, **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**, **Luís Miguel Lopes (PS)** e **José Meneses (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----
Srs. Deputados, como sabem, este é um documento técnico, não é um documento político, é um documento técnico, que mais do que político, é um reflexo daquilo que foi projetado para um ano

M.
L. d. s.
M

– o que correu bem, o que correu mal. E, portanto, este é um documento – e eu, para obviar alguns mal-entendidos, o Sr. Deputado José Aires, e bem – eu estive, como disse, na quarta-feira na CIM Douro, e os dezanove Presidentes de Câmara que estavam lá, todos, por unísono, entenderam que esta, tecnicamente, é uma má forma de apresentar os documentos. Mas, não temos outra hipótese, é assim que eles saem nas plataformas, e nós não temos forma de os melhorar, por muito que já tentássemos. -----

E, portanto, foi pedir uns documentos que não seriam muito perceptíveis – estou a dizer a verdade, certo, Sr. Deputado? – e foram-lhe entregues numa *pen*, não sei se com melhor qualidade, isso é que eu não sei, porque é retirado de lá e para colocar nos documentos, não se vê quase nada. Nisto, eu tenho que dar a mão à palmatória, sendo certo que não somos nós que fazemos os documentos, ou que de alguma forma conseguimos introduzir o que quer que seja, porque são retirados da própria aplicação. E eu penso que com menos tabelas, conseguimos melhor resultado, aumentando o número, mas nós não conseguimos fazer isso. -----

Portanto, dizer-vos breves palavras sobre esta apresentação de contas. -----

Há um reflexo de uma evolução positiva e uma recuperação financeira significativa – já aqui foi dito. Eu tenho para mim que Municípios com saudáveis situações financeiras conseguem estar melhor preparados e em melhor posição para os quadros europeus, e para este que aí vem, que vai ser um quadro europeu complicado – dizer-vos também que, até hoje – e este quadro já devia ter começado em setembro – até hoje, ainda não há, no Norte, acordo entre as CIM's e a Área Metropolitana para iniciarmos, e nomeadamente para assinarmos os acordos e as ITI. -----

Há uma clara diminuição do endividamento municipal, esse também é um dado que não é posto em causa. O equilíbrio orçamental está cumprido, os pagamentos com os fornecedores não estão em atraso, e aumentámos o investimento no concelho. Por muito que custe a alguns, a verdade é esta. Quando, com empresas privadas e empresas público-privadas, nomeadamente centros hospitalares, empresas como a Águas do Norte e a Águas de Portugal, quando conseguimos ser o oitavo, em termos de aplicação de fundos no âmbito do POSEUR – estas obras que não se veem, estas obras de requalificação de ETAR's, de PITAR's, de tratamentos e de resíduos, é porque fizemos alguma coisa bem feita. -----

E, portanto, este é o reflexo da conta que vos estamos a apresentar. -----

Para uma melhor comodidade, e também para vos podermos responder em alguma dúvida que haja, independentemente de se está bem, se está mal, se concordam ou se não concordam, nós agradecemos que nos fosse dado o local onde têm as dúvidas, por forma a que a Dra. Sónia possa responder. Eu, como vos disse, para mim, este não é um documento político, e, portanto, é mais técnico. Mas, eu gostaria que, independentemente da votação, todos saíssem daqui com as explicações das dúvidas que tenham, se for possível. -----

Muito obrigado. -----

h.
Redic
M.

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Então, iríamos abrir a discussão do Ponto n.º 2. Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, relativamente a este ponto, confesso que por momentos me questioneei acerca da mais valia, ou não, de vir aqui e colocar qualquer questão, ou até de proferir qualquer ponto de vista acerca do mesmo. Até ao presente momento, conforme o Sr. Presidente sabe, e tal como todas e todos os membros do Executivo, assim como os membros desta Assembleia Municipal são testemunhas, ainda não me conseguiu responder a qualquer questão relacionada com contabilidade, finanças, economia ou gestão. -----

No entanto, é curioso, e até desafio cada deputado aqui presente nesta Assembleia a consultar o site do Município, mais propriamente na janela com a designação "Município", e entrando na área "Executivo", clicamos no primeiro membro do Executivo, com o nome Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, e conseguimos detetar que o Sr. Presidente é a pessoa que detém a competência da gestão financeira. -----

Quase dois anos depois da sua eleição, ainda hoje me questiono como é que o Sr. Presidente ainda revela dispor desta competência, se nem competente é para me responder a qualquer questão desta área, mesmo a questões básicas, como já o questionei anteriormente. -----

Mas, Sr. Presidente, eu dei-lhe o benefício da dúvida, e vim aqui. -----

Pois bem, através da documentação enviada, percebe-se através da análise às demonstrações financeiras por natureza que o decréscimo verificado no resultado líquido do período é resultante maioritariamente do aumento de FSE e de gastos com pessoal. -----

Mas, agora uma questão básica, e para a qual não é necessário nenhum curso para se perceber o básico. Sr. Presidente, quando efetuamos investimento, nós esperamos retorno, certo? Certo.-

Quando efetuamos investimento, esperamos que seja gerado lucro, correto? Correto. Quando efetuamos investimento ou geramos um gasto, é esperado que algo seja melhorado, e que talvez algo possa acontecer para fazer crescer a nossa receita. Faz sentido para si, Sr. Presidente?

Então, o que acha que aconteceu para o resultado líquido ser negativo? Considera que ao longo de 2022, foi efetuada uma otimização eficiente dos recursos? Devido a que motivo o Município ainda consegue operar? -----

Adicionalmente, Sr. Presidente, no Ponto n.º 14, contratação administrativa, situação dos contratos, considera a informação que nos foi disponibilizada de possível leitura? Como já foi referido, você disse, e bem, que não. E agora, questiono-o como é que se vai conseguir emitir um parecer correto sobre algo que se encontra ilegível. -----

Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

h
Pedro
M.

-----O Presidente de Mesa: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----O Deputado Bernardo Silva: Muito obrigado à Mesa. -----

Gostaria apenas de deixar aqui uma nota, que após verificação do documento, é apreciável uma grande amortização dos passivos do Município, um grande aumento dos fundos próprios, aumento do ativo, estamos neste momento com mais de 1.000.000€ de fundos próprios, que nos permitem fazer uma gestão municipal sem depender tanto dos fundos estatais, o que nos dá garantias ao longo deste ano, mesmo com a diminuição de quase meio milhão de euros, de garantir o exercício municipal. -----

Eu diria, Sr. Presidente, que este é efetivamente o caminho que começou a ser traçado em 2013, que tem que continuar a ser traçado, e que o progresso sustentável tem um nome, e é a coligação PSD/CDS-PP. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado José Aires. -----

-----O Deputado José Aires: Muito obrigado pelo tempo que se dispôs a aguardar, peço desculpa. Muito obrigado pelo tempo que se dispuseram a aguardar, Srs. Deputados. -----
Relativamente ao Ponto n.º 2, e aqui à prestação de contas, tenho algumas questões para colocar. -----

Mas, não poderia deixar de começar, que também tem a ver com esta situação, porque vêm cá os contratos de pessoal que o Sr. Presidente elencou no ponto anterior, não corresponde à verdade, e gostava que me provasse essas afirmações que fez. Eu sei que o Chefe de Divisão da altura já não está presente, já saiu da Câmara, também não sei os motivos, mas, se calhar, transmitiu-lhe essa informação. Mas, eu digo-lhe já, o senhor não me ouviu a mim, não me questionou, mas da minha parte digo-lhe já que não corresponde à verdade. Aliás, enviei-lhe um ofício, ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que posteriormente lhe remeteu, datado de 30 de setembro de 2021, onde estão prestados os esclarecimentos, o senhor respondeu a dizer que ia apurar, e passados anos, temos agora os resultados das suas conclusões, que, no meu entender, não correspondem ao que ocorreu. -----

Na passada quarta-feira, ao analisar a documentação deste ponto da prestação de contas de 2022, ao chegar à parte da Contratação Administrativa - Situação dos Contratos (págs. 129 a 140), verifiquei que aquelas doze páginas não estavam legíveis. Logo que detetei o problema, enviei requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dando conta da situação, e requerendo, com a máxima urgência, o envio dos documentos referidos, em formato legível, que me respondeu da seguinte forma: *"Por problemas técnicos relacionados com o programa*

M
Pedro
M

informático, não é possível disponibilizar o documento de outro modo. Contudo, pode o Sr. Deputado dirigir-se, nas horas de expediente, aos serviços de contabilidade da Câmara Municipal, onde lhe será entregue uma pen com o documento referido.” -----

Numa pen está em condições, mas se for enviado pela internet, as páginas ficam desfocadas.-- Só aquelas doze, vejam só, as da contratação pública. Só podem andar a brincar, Sr. Presidente, e o senhor está a dar cobertura a esta brincadeira. -----

Como já tive ocasião de referir, a técnica que dá apoio à Assembleia Municipal gasta o tempo a produzir juízos de valor sem consistência legal, tempo que lhe faz falta para o que é importante: verificar se a documentação está nas devidas condições para ser enviada aos deputados municipais. Então, agora o expediente utilizado, o novo *modus operandi* é este: “Queres? Vens cá buscar.” E eu fui – não estavam à espera, confesse. -----

Quando o setor de informática passou para a alçada do Sr. Presidente da Câmara, ainda pensei que iria melhorar, mas a incompetência continua, parece que passámos de cavalo para burro.-- Numa breve análise, o valor dos contratos adjudicados e com execução financeira no ano de 2022 totaliza 126.099.597,72€ (ver pág. 140). Já na parcela ao lado, o valor dos mesmos contratos, acrescido de IVA, é de 32.394.057,33€. Como é isto possível? Nem contas simples de multiplicar e de somar sabem fazer? Fenómeno único: na Câmara de Torre de Moncorvo, o IVA, em vez de acrescentar valor, retira. Mais uma disciplina a acrescentar ao programa curricular da futura universidade que sugeri na reunião passada. -----

Então, a Câmara Municipal assina dois contratos de aquisição de energia elétrica para as instalações do Município de Torre de Moncorvo 2020-21, no mesmo dia, 16 de janeiro de 2020, com início e prazo de execução nesse mesmo dia, com a empresa LUZBOA, um no valor de 96.938.813€, e outro no valor de 969.388,13€ (como podemos constatar na pág. 4)? 97.908.201,10€ num só dia, é de bradar aos céus. -----

Termino, afirmando que o documento não está em condições de ser votado. Deve ser devolvido aos serviços competentes para correção. Apelo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que se dê ao respeito e que exerça as competências que a Lei lhe confere, não permitindo estas situações degradantes e recorrentes, que em nada dignificam este órgão municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Eu não vou responder a essas afirmações, que acho que não merecem, Sr. Deputado. Passo à frente, acho que o respeito mútuo é muito importante. -----

Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Acho que é a minha décima vez que eu analiso estes documentos. Ao início, cheguei a pedir

11
Pedro
MA

mais tempo para poder analisá-los, nunca consegui analisar na totalidade – congratulo quem o consegue – não só pela questão técnica, mesmo por tempo. Seria necessário, acho eu, mais tempo, mesmo que eu tivesse o conhecimento técnico suficiente para analisar. -----

Mas, desde que tivemos um relatório anexo de um ROC, do Sr. Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, eu baseio-me nas conclusões dele, já que é uma pessoa que, ao assinar o documento, põe a sua carteira profissional em xequê, e por isso, deve estar (presumo eu) a dizer a verdade. -----

Posto isto, na pág. 14 desse relatório, na análise económico-financeira, este mesmo técnico realça o corte do FEF, que já foi referido pelo Sr. Presidente, que foi a primeira vez, nestes anos todos, que teve esta brutal diminuição do FEF. Passo a dizer o valor, 131.305€. -----

Depois, no Ponto n.º 2, a contrariar um pouco o que foi dito atrás, que o Sr. Presidente, ou o Executivo, de uma forma geral, não investe, há um aumento dos gastos, verifica-se um aumento global de 1.391.958,34€, e uma diminuição do resultado em 891.746,49€, apresentando, então, um resultado do exercício negativo de 293.361,29€. Ou seja, este Município está a gastar mais do que as próprias receitas que tem. -----

Mesmo assim – e é isto que eu não consigo perceber – tem um *cash flow* – *cash flow* são meios libertos, ou seja, vulgo dinheiro de caixa – de 1.762.275,54€. Eu gostava que me explicasse, que eu não percebo muito bem, como é que, gastando mais, tendo mais receita, conseguimos pela primeira vez ter dinheiro em caixa, para não ter que pedir empréstimos a curto prazo, e pagarmos a tempo e a horas todos os compromissos que este Município tem. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. E para terminar esta ronda, Sr. Deputado Luís Lopes, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente Nuno Gonçalves, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Presidentes de Junta, colegas de Bancada, da coligação, público, funcionários do Município. -----

Quero iniciar esta minha intervenção não concordando com o que disse o Sr. Presidente quando apresentou este ponto. O Sr. Presidente diz que estamos perante um documento técnico, eu não concordo. Estamos perante um documento político feito por técnicos. É neste documento que está refletida a atividade política do Executivo. É a minha opinião, é feito por técnicos; agora, está lá vertido aquilo que você, e todos aqueles que fazem o documento, pensam gastar e não gastar no ano que estamos a analisar. -----

Bem, mas vou ser muito rápido relativamente à análise deste documento, não é em dois dias

M
Edo
HA

que se analisa um documento com quatrocentas páginas, acho que não há aqui ninguém na sala que o consiga fazer. -----

No entanto, ao analisar a prestação de contas, ou analisar a última década deste Executivo, é praticamente a mesma coisa, não vale a pena estar aqui a discutir o sexo dos anjos. Eu até propunha que no Ponto n.º 2, onde se lê “aprovação do documento de prestação de contas de 2022”, podia vir escrito o seguinte “como gerir um Orçamento Municipal para nos mantermos no poder”. Mas, adiante. -----

Uma prestação de contas é um balanço financeiro onde são apresentadas todas as transações financeiras realizadas durante um certo período. Reparem, o Orçamento de 2022 tem uma previsão de receita de 22.665.725€. Qual é o valor real apresentado na prestação de contas?--- Sim, viram bem, é de 14.516.739,41€. Ou seja, há aqui uma diferença de quase 8.000.000€.---- Neste tipo de documentos, é normal existirem pequenas diferenças relativamente ao previsto e ao executado, mas uma diferença de quase 8.000.000€, Sr. Presidente, não é normal – e concordará comigo, não é normal ter uma diferença de 8.000.000€. É normal haver diferença, é; agora, 8.000.000€, Sr. Presidente? -----

O Sr. Presidente também falou que tem aumentado o investimento. Pois olhe, poderia falar aqui de outros valores em particular, mas, por exemplo, a diferença entre despesa corrente e a despesa de capital, sendo que a despesa corrente é quase o dobro da despesa de capital. É ou não é, Sr. Presidente? O que é a despesa de capital, e o que é a despesa corrente? -----

Por exemplo, a dotação inicial da rubrica “Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca” era de quase 700.000€, pouco mais de 30.000€ foram executados. -----

Apenas digo que são valores que nos envergonham e que expõem a fragilidade deste Executivo.- Não basta inserir rubricas nos Orçamentos para fazer bandeiras políticas; é preciso determinação e competência para as executar. -----

Sr. Presidente, menos palavras, menos propaganda, mais trabalho. É para isso que aqui estamos. Salta à vista a falta de capacidade para gerir investimentos, para gerir e concluir obras, para definir e trabalhar por objetivos estruturantes para o concelho. -----

Para terminar, Sr. Presidente, terei que lhe fazer uma pergunta, como é da praxe. O Sr. Presidente tem aqui uma previsão de receita, no Orçamento do ano passado, de 22.665.725€, e o valor real apresentado na prestação de contas é de 14.516.739,41€. Há aqui a tal diferença de quase 8.000.000€. Sr. Presidente, estaremos perante um caso gritante de incompetência de quem faz as previsões, ou é uma real tentativa de querer empolar a previsão da receita total? -- Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado Luís Lopes. Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Srs. Deputados, pelas vossas questões. O debate é enriquecedor quando se pode argumentar de um lado e do outro, da forma como o fizeram. -----

Eu não terei – obviamente que assumo isso – a capacidade técnica de responder ao Sr. Deputado Diogo Oliveira, mas tentarei, nas minhas modestas capacidades, dizer duas ou três coisas que, se calhar, o Sr. Deputado, por serem tão modestas, nem se apercebeu. -----

Bom, o resultado líquido do exercício, Sr. Deputado, é a diferença entre os proveitos totais e os custos totais, e é por isso que nos dá o resultado negativo de 293.361€. Mas – e respondendo também à questão do Sr. Deputado Luís João – sempre foi ponto de honra deste Executivo fazer as amortizações e cumprirmos com as amortizações. E, portanto, o resultado negativo, mais as amortizações, é que permite chegar ao valor do *cash flow*. Como as amortizações foram 2.055.000€, se retirarmos os 293.000€, dá o *cash flow*. -----

Podíamos fazer aqui um truque contabilístico, bastava não fazer 300.000€ de amortizações, e não fazendo, já tínhamos um resultado líquido do exercício positivo. Mas, fizemos questão que aqui estivesse o resultado líquido negativo, porque os Srs. Deputados que aqui estão a representar o Partido Socialista não tiveram uma palavra, até agora, do corte do FEF, mais de meio milhão de euros que nos cortaram a partir de julho – porque o Orçamento só entrou em vigor em julho, se bem recordam. E os Municípios apresentam os seus Orçamentos a 31 de outubro do ano anterior. E durante a campanha eleitoral, não ouvi nenhum Partido, nem da esquerda, nem da direita, e muito menos este, que ganhou com maioria absoluta, dizer que ia cortar o FEF aos Municípios. Nunca ouvi. Nunca ouvi dizer a qualquer Ministro, quer do anterior Governo, ou deste, que as despesas assumidas pelos Municípios no Covid, e que tão bem correu em Portugal, não eram para ser pagas, e os Municípios despenderam 6.000.000.000€. -----
Só aqui, Sr. Deputado Luís Lopes, tem 1.000.000€ de receita que nos foram retirados pelo seu Governo. -----

Mas, poderíamos ir mais longe. Mas, antes de passar a isso, Sr. Deputado Diogo Oliveira, está atento? É só para lhe dar alguns motivos. Resultado líquido do exercício em 2010, 1.700.282€ negativos; prazo médio de pagamento, trezentos e sessenta e três dias. 2011, 1.204.697,51€ negativos; trezentos e vinte e dois dias para pagamento aos fornecedores. 2012, 1.618.909,45€ negativos; duzentos e setenta e seis dias. -----

Portanto, para vos dizer que 2012 é um ano marcante, é aquele em que nós fundamentamos ainda as contas do célebre plano de saneamento financeiro que foi aprovado em 2012. Qual era a dívida apresentada para o plano de saneamento financeiro? Qual era o montante necessário do endividamento e da contração de empréstimo a longo prazo? 9.000.000€. Qual foi o montante de dívida encontrado e assinado pelos serviços, na passagem de um Executivo para o outro? 23.000.000€. -----

M.
Bede
M.

Portanto, a pergunta "onde estão os 8.000.000€?", o Sr. Deputado devia perguntar assim. Mas, foi incompetência? Onde é que andam os 8.000.000€? É que de 12.000.000€ para 23.000.000€, ultrapassa este montante, são 11.000.000€. Onde é que eles estão? Então, ninguém responde a isso? Terá sido assim tanta incompetência, terá sido de propósito, ou terá sido uma forma de conseguir que o Município tivesse dinheiro, e não podíamos ir além dos 9.000.000€? Porque é fácil quando se está fora; quando se está dentro, depois é que temos que arranjar como cobrir as despesas. Terá sido isso que o Município de então fez para conseguir solvabilidade financeira? É que nós já tivemos o FAM com alguns Municípios a ir buscar milhões, e Torre de Moncorvo nunca foi buscar nada. Neste momento, até emprestamos dinheiro e recebemos juros. Mas, não nos podemos esquecer também que a descentralização nos trouxe novas competências, e são imputadas nas despesas correntes. E eu digo-lhe, Sr. Deputado, outra razão simples: até hoje, não conseguimos meter em receita de capital – ou no imobilizado, se assim quiserem – a escola, mas já assumimos a despesa. Portanto, teríamos ali mais 4.000.000€, e aqui, o endividamento líquido seria muito menor. E sabem por quê? Porque ainda nunca esteve inscrita nem registada como prédio urbano, e está lá construída. E os ROC's dizem isso: como é que é possível? Pois, mas era possível. Não é caso único, atenção, não é caso único, mas esta é a verdade. Eu recordo-me quando tivemos que colocar, porque não estavam em nome de ninguém, os edifícios ???, ainda estavam lá como hortas. -----
E, portanto, são estas situações que aqui estão descritas nesta conta. E quando eu digo que não é político o documento, é porque nós não o estamos a defender politicamente; estamos a analisá-lo tecnicamente. Esta análise que eu fiz agora, para dar os números ao Sr. Deputado Diogo, tem a ver com política, obviamente. -----
Portanto, para dizer mais duas ou três coisas. O BUPi está a terminar. Sabem quanto é que o programa já entregou ao Município de Torre de Moncorvo? Zero. Do BUPi, ainda não recebemos um cêntimo, está a terminar. São uns milhares de euros. Do combate ao insucesso escolar, que já acabou há um ano, e que tão boas referências trouxe, e nós batemo-nos agora, na Comunidade Intermunicipal do Douro, com a Área Metropolitana e com as outras comunidades intermunicipais, para que seja repostado novamente o PIICIE. Pois nós tivemos que pagar aos técnicos contratados, mas ainda não recebemos. Mas, o que está contratado é que deve pagar na mesma altura – ainda não disse nada que não fosse vindo do Poder Central. -----
Do PEPAL, que já terminou há dois ou três anos, também ainda somos credores de uns milhares de euros. -----
Portanto, a gestão quando não temos dívida permite-nos também ter esta gestão quando não nos pagam. E é essa a gestão que temos feito. -----
Ninguém porá em causa também, obviamente, que houve um descalabro em termos de aumentos no que é a prestação de serviços. Quando digo "prestação de serviços", é o gasóleo,

Pedro

M

a gasolina, a eletricidade, tudo isso. E isto, obviamente que inflacionou, e também teve aqui projeção e resultados nesta conta. -----

De qualquer forma, e respondendo também às questões do Sr. Deputado José Aires, a questão não foram aquelas páginas. Sr. Deputado, eu estava à espera que o senhor fosse – aliás, não esperava que o senhor não fosse. O que eu esperava é que o senhor tivesse a coragem de dizer aqui em cima que não foi por serem aquelas páginas; foi porque leu o título daquelas páginas e viu contratos, e tudo o que tem a ver com contratos, o Sr. Deputado faz logo um filme, ou uma peça de três atos, e “é ali que eu os vou apanhar”. O Sr. Deputado é assim. -----

Eu conhecia um deputado na Assembleia da República que tinha dois assessores, que era a mesma coisa. O deputado nem sabia o que ia dizer, mas tinha dois assessores – e até lhe digo quem é. E ele fazia isto no tempo em que o Primeiro Ministro era o José Sócrates, e eu disse: “Até um dia em que isto vai correr mal.” E correu, porque ele não viu aquilo. -----

E a questão aqui tem a ver com estes dois contratos que assinámos. Mas, o Sr. Deputado não sabe que agora nós, no mercado liberalizado da energia, é a Comunidade Intermunicipal do Douro que faz um procedimento, e depois o que é BTE, é a Câmara Municipal? Essa é que é a questão, por isso é que estão lá dois contratos, tão simples quanto isso. São os procedimentos.- Para lhe dizer o seguinte: o mapa da situação dos contratos é um mapa de contratação administrativo. Não são só os contratos que nós fazemos com prestadores de serviços; está lá tudo. As suas senhas de presença, os seus quilómetros, estão lá. Mas, tem um nome, porque é o que sai da aplicação. Por isso, eu iniciei a dizer que o que estava errado é a forma como fazem as aplicações. E aí, estou de acordo consigo, se calhar três colunas chegavam, e não precisavam daquilo tudo, que ninguém as entende. Mas aí, estou de acordo consigo mesmo. -----

Agora, a questão é que, repare, contratos, eu tenho que ter nos contratos, quer os vencimentos do Executivo, quer as senhas de presença dos deputados da Assembleia Municipal, quer os quilómetros que metem nas ajudas de custo para virem às Assembleias? Não tenho, não são contratos. Mas, estão lá todos – todos. -----

Mas, eu digo-lhe aqui alguns: empréstimos, vencimentos, encargos com a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, tudo está lá. São esses os contratos. O valor que ali disse tem isto tudo – tudo. -----

E depois, as datas que falou são as datas de lançamento. E é óbvio que, se colocam lá tudo, já viu o número de datas. Bem, por contrato, se formos a ter aquilo como contratos, que deviam ser atos de gestão, quantos fazemos por dia – quantos. -----

E depois, voltando à energia, o que o Sr. Deputado trouxe não é um contrato de prestação de contas; é um anexo de suporte à prestação de contas – é um anexo. -----

E, portanto, eu penso que vamos ficar aqui claros sobre estas doze ou treze páginas. O que ali

h
cedes
M.

temos são os contratos do Município nesta valência toda, desde os vencimentos à Caixa Geral de Aposentações, e não os contratos de adjudicações. Não são contratos de adjudicações. -----

E quanto ao resultado líquido negativo, bastava que o Poder Central não nos tivesse – como tinha inicialmente previsto, em dezembro de 2021, e não o fez em julho de 2022 – cortado o FEF, já estávamos com resultados líquidos do exercício positivos. -----

E, portanto, eu espero que tenha sido cabal nesta incompetência de vos esclarecer em termos técnicos, que eu assumo, mas que não tenho que ter, obviamente, essa competência. Nem os homens do humanismo, ou do período humanista, tinham toda esta competência. -----

E num breve aparte, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tenho que o parabenizar pela forma como se conteve, porque pior do que fazer um reparo, seria fazer um reparo na mesma forma do Presidente da Assembleia da República, para deputados que não se portaram bem no hemiciclo, e que aqui eu espero que não tenhamos uma cópia. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Segunda ronda de intervenções do Ponto n.º 2. Começava com o Sr. Deputado Diogo Oliveira. Temos seis inscrições. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Não sei se é do conhecimento de V. Exa., Sr. Presidente, mas existe um conceito, que é o conceito de *cash flow*, que responde às questões anteriores. Trocando por miúdos, e partindo do pressuposto de que o Sr. Presidente não monitoriza a gestão financeira do Município, *cash flow*, de forma sucinta, significa que são fluxos de caixa, ou seja, corresponde ao dinheiro que entra e sai do Município. -----

Cash flow é diferente de lucro contabilístico, que considera proveitos e rendimentos quando ocorrem, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. Por exemplo, Sr. Presidente, é possível ter um lucro num determinado período, e simultaneamente um fluxo de caixa negativo. E isto acontece por quê? Simplesmente porque uma entidade vendeu muito – entidade, não estou a falar do Município, estou a generalizar – mas não recebeu atempadamente o pagamento dos clientes. Por exemplo, um exemplo simples, para um mero aprendiz como o Sr. Presidente. -----

Mas, Sr. Presidente, não dispersando, o *cash flow* demonstra até que ponto é possível uma entidade gerar disponibilidades financeiras e manter-se em funcionamento, daí o Município conseguir continuar a operar. -----

Desta forma, Sr. Presidente, ainda se considera estrela suficiente para insinuar seja o que for acerca da minha pessoa? Depois da segunda *lecture* que lhe dei, quem acha que é o estagiário?

lh
Adri
M.

Eu ou o Sr. Presidente? Ainda considera que não sou uma pessoa à altura de ter sido auditor na maior empresa do mundo de auditoria? -----

Para estagiário, já basta aos Moncorvenses o Sr. Presidente. Só temos pena é que seja no Município de Torre de Moncorvo. -----

De referir que na conclusão da CLC não foram identificadas quaisquer incorreções materiais na auditoria realizada. No entanto, não posso emitir um parecer positivo quando não se consegue ler toda e qualquer informação, pelo qual o meu voto irá ser contra. -----

E de forma a concluir, não me considero o melhor ou o pior do mundo, mas, Sr. Presidente, depois de me ter chamado "Pelé", e em que "Pelé" significa, e passo a ler, *"aquele que é fora do comum; que ou quem, em virtude da sua qualidade, valor ou superioridade, não pode ser igualado a nada ou a ninguém"*, depois deste elogio, acho que está dada a resposta à sua dor.-- Obrigado, embora não me considere melhor do que ninguém. -----

Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, muito obrigado pelos esclarecimentos, acho que ficou bastante claro, a nível da execução financeira do Município, para todos aqueles que quiserem ouvir com os devidos ouvidos. Muito obrigado por efetivamente ser um estagiário que trouxe o Município a este ponto financeiro, que ao longo destes anos conseguiu compor a nossa situação orçamental. Antes estagiário de finanças do que estagiários no trato, na humildade e na forma de estar. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Sr. Presidente, obrigado pelas suas explicações, são sempre corretas e percetíveis, mas tenho que lhe dizer que quando você tenta explicar alguma coisa, vai ter que ir sempre ao passado, sempre o passado. Parece o Canal História, tem de mudar de canal. E depois, para justificar alguma coisa que corre menos bem, lá está o Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista, aqueles maus cortaram-nos 1.000.000€ no FEF. E o que é que faz o Sr. Presidente de Câmara? Aumenta 62% a despesa corrente, e aumenta 33% a aquisição de bens e serviços. Ora, a mim, se me tiram dinheiro de um lado, eu não vou ter que ir cortar do outro; eu vou ter que tentar gerir da melhor maneira. Porquê este aumento de 62% na despesa corrente, e 33% na aquisição de bens e serviços? -----

14
Pedro
M.

Sr. Presidente, os números são estes. Quando ponho em causa esta grande diferença de 8.000.000€, por quê esta diferença tão grande? É abismal. Um milhão, dois, três, até quatro; agora, 8.000.000€. O Governo Socialista tirou-lhe 1.000.000€ no FEF; então e os outros 7.000.000€.

Obrigado, Sr. Presidente.

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias.-

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente.

Já que vamos ver significados de palavras, também fui ver o significado da palavra “estagiário”. Parece que é verdade que o Sr. Presidente é um estagiário, passo a explicar por quê.

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, a prestação de contas. Deixe lá isso do português para depois, vamos à prestação de contas, que a hora já vai adiantada.

-----**O Deputado Luís Dias:** “*Substantivo masculino. Aquele que faz estágio; que se encontra por um período probatório, exercendo uma atividade temporária numa empresa ou instituição.*”

E é verdade, o Sr. Presidente tem uma atividade temporária numa instituição, Câmara Municipal. Por isso, é correto o que o orador anterior disse.

Obrigado, Sr. Presidente, e peço desculpa por este aparte.

Na mesma página do relatório do ROC fala que há uma divergência entre o E-Fatura e o SNC-AP. Será que é preciso mais gente para a Divisão Financeira funcionar melhor, ou não?

Obrigado.

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires.-

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, no próprio relatório vem a questão relativamente aos *royalties*, que eu penso que esteja relacionada diretamente com a questão da exploração mineira da concessão do Cabeço da Mua. Faço-lhe aqui breves questões relativamente a essa questão, que penso que é por todos considerada como importante para o investimento e desenvolvimento do concelho. Qual o montante que foi apurado durante o ano de 2022 nas pesagens? Qual o montante que foi pago ao Município através dos *royalties*? E qual o montante que foi distribuído às IPSS's do concelho, conforme está previsto?

Sr. Presidente, na reunião da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022, na sequência da minha intervenção sobre a concessão de subsídios pela Câmara Municipal a associações de fora do concelho, afirmou que a Norbass – Clube de Pesca ao Achigã tem sede em Torre de

1h.
Pedro
M

Moncorvo. Na listagem agora distribuída, o subsídio concedido à Norbass no ano de 2022 foi de 15.000€, mas o número de identificação de pessoa coletiva desta associação continua a ser o mesmo do ano passado (509555578). Está sedeadada em Bragança, no Alto das Cantarias, na Rua Alexandre Afonso, Lote 19, 5300.429 – Bragança. -----

Sr. Presidente, estará a fazer confusão, ou estaremos confrontados perante mais um caso de “barriga de aluguer”? -----

Temos assistido à colocação de *lettering's* monoblocos em diversas freguesias do concelho, idênticas às colocadas na entrada da vila. Se tomarmos por base o valor pago pela Câmara Municipal, o valor médio de cada letra andarà por volta dos 3.900€ (valor sem IVA). Considerando os fornecimentos já implementados, qualquer um deles implicará um valor acima de 20.000€, obrigando ao procedimento por consulta prévia a três entidades, nos termos do art.º 20.º do Código da Contratação Pública. Como não encontrei publicação por parte das Juntas de Freguesia no Portal Base.Gov, quem pagou? Foi a Câmara Municipal? Foram as Juntas de Freguesia? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Sr. Presidente, a minha perceção, de facto, neste documento, que é um documento técnico, porque um documento político de uma autarquia, para mim, é o Orçamento, é impossível, em dois dias, ou até mesmo uma semana, para interpretar estas páginas todas, não é fácil, só mesmo para quem, de facto, está ligado a áreas de contabilidade ou economia. Mas, para mim, aquilo que é mais importante é saber se as contas são boas contas, se os fornecedores, principalmente locais, têm os pagamentos em dia, e isso, para mim, enquanto Presidente de Junta e enquanto munícipe de Torre de Moncorvo, já é, por si só, uma boa prestação de contas. -----

E por isso, os meus parabéns, e claro que vou votar favoravelmente. -----

E o passado, quando, às vezes, o Sr. Presidente vai ao passado, o Poder Central, também quando se vê aflito, vai falar sempre da *troika*. Temos de falar sempre de alguma coisa. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. E para terminar, o Sr. Deputado Francisco Braz. Prescinde? Então, dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente, mas permita-me que lhe diga que as questões de semântica são as que estão na ordem do dia, são as questões de

h
Pedro
M.

semântica – é o parecer que não é um parecer. Mas, eu terminarei com isso, direi sempre que serei um aprendiz, mas não de feiticeiro. Mas, a semântica é o que está na ordem do dia. -----
Quanto ao Sr. Deputado Diogo estar na maior empresa mundial, só lhe dou os parabéns. E mais parabéns lhe dou por ter optado por uma média empresa, para vir para a sua terra, e não ter ficado num gigante mundial. Parabéns, Sr. Deputado. -----

Sr. Deputado Luís Lopes, nós não podemos falar da RTP Memória sempre, mas o senhor, eu já me lembro de andar, nessa altura, de bandeirinha, e era tudo perfeito. E nunca me lembro de o senhor ter criticado Orçamentos que vieram aqui, de 28.000.000€ - 28.000.000€. E nunca me lembro de terem criticado *royalties* para o GDM. Não me lembro. Tudo era perfeito. -----

Portanto, no aumento das despesas correntes, Sr. Deputado, temos, como é óbvio, a descentralização, levámos com mais trinta e sete pessoas. Despesas correntes, é o que eu estou a falar. Despesas correntes, foi a questão. -----

Mais, não nos podemos esquecer do aumento brutal que houve, e que não estava previsto, mesmo nas empreitadas, em todos os serviços, em todos os produtos e em toda a necessidade para acabarmos com as empreitadas. -----

Não nos podemos esquecer que estamos na fase final de um quadro comunitário de apoio. E, portanto, quando fizeram a pergunta sobre os 600.000€ que estavam previstos para a agricultura, na ronda anterior, e que só tínhamos gasto pouco, eu vou dizer-vos assim: o que nós gastámos foi aquilo que nos permitiram gastar. Os senhores acham normal que ninguém nas estruturas centrais consiga dizer como é que um projeto de 1.250.000€ - que era isso que estava, porque estava para ser feito em 2022 e 2023, que era a reflorestação da Serra do Reboredo, era essa que estava com 697.000€, e nós só conseguimos gastar 30.000€. Vocês não acham que não estar à disposição o dinheiro, o estarem medidas concretas de apoio, e depois não termos, livre de ónus e encargos, a Casa do Guarda Florestal, que faz parte desse projeto, com uma entidade que até é o ICNF, e não ter isso resolvido para se lançar concurso público internacional? Isto é de 2022, e o concurso foi lançado, está a decorrer, mas isto é de 2022. -----

Portanto, esses 697.000€ que não se veem, e que alguns dizem que não temos ideias para reflorestar o Reboredo, também foram alguns que, quando houve um incêndio, dizem “vocês não fazem nada”, quase faltou nos apelidarem que fomos nós que deitámos lá fogo. Portanto, isto é para alguns verem também estas situações. Esses 697.000€ vêm daí. -----

Sr. Deputado, não esteja a abanar a cabeça porque o senhor não estava cá nessa altura, estamos a falar de outro tempo, estava ainda na maior empresa do mundo. -----

A questão é que este é o reflexo daquilo que toda a gente critica: onde é que está o PRR? Onde é que chegou aqui aos Municípios do interior? Como é que é possível argumentarem que Lisboa vai receber cerca do mesmo que recebem trezentos Municípios, e o Porto, duzentos e cinquenta

Reitor
M.

e seis? Onde é que está esse PRR, esse a que todos nos candidatámos? Esse, que os avisos ainda estão para aparecer? E estamos a falar de 2022. -----

Portanto, termino com a questão dos *royalties*. Sr. Deputado, os *royalties*, em termos das concessões mineiras, são da DGEG. A DGEG há de notificar-nos, depois de aceitar as contas do concessionário. É assim que se passa. Sei que há protocolos com IPSS's, não sei se já foram entregues. Isso efetivamente não sei. -----

O que sei é que qualquer Presidente de Câmara deve lutar para que investimentos venham para o seu concelho, mas depois não se deve imiscuir nas relações entre os privados e outros privados, ou outras instituições; só deve estar presente quando estiver com a Câmara Municipal.-

Essa é a grande diferença. -----

Nós adquirimos alguns apartamentos e habitações para alocaarmos gente que precisa, e que vai precisar deles no Primeiro Direito. Nós não fazemos abusivamente tábua rasa da propriedade, retirando qualquer propriedade aos proprietários, porque entendemos que a propriedade é um daqueles direitos inalienáveis de cada um. E quando todos criticamos que até pela morte pagamos impostos, eu acho que devíamos todos olhar para nós próprios e vermos o número de habitações que existem por aí, se calhar de pessoas que têm que estar na Suíça, na França, e se lhes podíamos tirar essas casas para meter outros. -----

E já agora, deixem-me que vos diga uma coisa: o PS não é o mau da fita, é um Partido basilar da democracia portuguesa. A questão trata-se de semântica. Na *troika* saíam porque o Primeiro Ministro convidava para saírem, agora não, têm que sair, no dobro do que saíam na *troika*, mas é para ganhar competências. Esta é a nossa grande diferença. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. Iremos, então, proceder à votação do Ponto n.º 2. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea l) no n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, apreciou e deliberou por maioria, com 18 votos a favor, 7 votos contra (*dos deputados José Aires, Diana Cabeleira, Fausto Tiago, Diogo Oliveira, Sílvia Santos, Luís Miguel Lopes e António Júlio Andrade*) e 1 abstenção (*do deputado Luiz Marcelino Lopes*) votar a "**Prestação de Contas do ano de 2022**". -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Há duas pessoas que não estão presentes, estão ausentes dois deputados, Vítor Queijo e Luís Dias. -----

Sra. Deputada, faça favor. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Obrigada. -----

-----**“Prestação de contas do ano de 2022”**-----

A execução orçamental de 2022, refletida na prestação de contas em análise, mostra precisamente o valor previsto pelo PS na discussão do Orçamento, ficando a receita cobrada em 14.516.000€, o que traduz uma taxa de execução orçamental de 64% da dotação orçamental inicial, e não da dotação corrigida, que vai sendo atualizada ao longo do ano em função da execução. -----

O Orçamento para 2022 era baseado numa previsão demasiadamente otimista da receita total, de 22.665.000€. Contudo, tal como previsto pelo Partido Socialista, a execução real não ultrapassaria os 14.732.000€, o que veio efetivamente a verificar-se. Confirma-se assim que a previsão da receita estava demasiado inflacionada, logo difícil de alcançar. -----

Naturalmente, a baixa execução da receita condiciona a execução da despesa, por força da aplicação da Lei de equilíbrio orçamental, da Lei dos Compromissos e dos fundos disponíveis.--

Como consequência, a execução da despesa ficou também nos 64%, o que tem implicação direta na limitação da capacidade de investimento, absolutamente necessário para a conclusão de algumas obras em curso, algumas com bastante atraso, significativo. -----

A despesa corrente, com um peso de 62% da despesa total, muito superior à despesa de capital, que fica apenas nos 38%, reflete a fraca capacidade de investimento de que o concelho tanto precisa. As despesas com pessoal, que aumentaram pela descentralização de competências, mas com a devida compensação pelo lado da receita, com 4.294.000€, têm um peso de 30% da despesa total. No entanto, se somarmos os 3.210.000€ de aquisição de bens e serviços, totalizando 7.505.000€, então o peso desta componente da despesa corrente é de 51% da despesa total. O aumento de 33% da aquisição de bens e serviços face a 2021 espelha o engordar dos custos para suportar a gestão corrente. -----

Quanto à execução do PPI, que espelha a capacidade de concretização de investimento, teve uma execução de apenas 65%, reflexo da absorção de recursos financeiros pela despesa corrente. -----

A execução da rubrica “Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca”, que tantas vezes serve de bandeira política por parte da coligação PSD/CDS ficou apenas nos 9% do Orçamento inicial.-

A dotação inicial no Orçamento era de 675.000€. -----

Destaca-se o aumento da dívida a terceiros face a 2021, em cerca de 11%. Assinala-se como

positiva a diminuição da dívida com empréstimos; porém, esta é uma obrigação legal e contratual." -----

Concluo, então, em respeito aos Srs. Deputados e à Mesa, está entregue. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É o que está no Regimento, temos que o cumprir. Sr. Deputado, faça favor, três minutos. -----

-----**O Deputado José Aires:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Ainda antes disso, fazendo aqui uso do art.º 33.º do Regimento, vou apresentar um requerimento, visto não ter sido esclarecido. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, é declaração de voto ou requerimento? -----

-----**O Deputado José Aires:** Eu vou apresentar um requerimento e a declaração de voto, a seguir. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem três minutos para fazer a declaração de voto. Primeiro faz a declaração de voto; depois, se quiser entregar um requerimento, entrega aqui na mesa. -----

-----**O Deputado José Aires:** -----

-----**Declaração de voto, Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023**-----

"Considerando que os documentos distribuídos se encontram ilegíveis na parte da Contratação Administrativa - Situação dos Contratos (págs. 129 a 140); -----

Considerando que após a deteção do problema fui obrigado a deslocar-me aos serviços municipais, no dia 27 de abril, pelas quinze e trinta, a menos de vinte e quatro horas do início da sessão ordinária de 28 de abril; -----

Considerando que me foi fornecida uma pen com a documentação em formato de PDF, que é compatível com todos os domínios de correio eletrónico; -----

Considerando que a versão da documentação contida na pen é diferente da que foi disponibilizada no link enviado no passado dia 24 de abril a todos os membros desta Assembleia Municipal; -----

Considerando que foram consignados dois contratos de aquisição de energia elétrica para as instalações do Município de Torre de Moncorvo 2020-21, no mesmo dia 16 de janeiro de 2020, com início e prazo de execução nesse mesmo dia, com a empresa LUZBOA, um no valor de 96.938.813€, e outro no valor de 969.388,13€; -----

Jh.
Pedro
M.

Considerando ainda que o valor dos contratos adjudicados e com execução financeira no ano de 2022 totaliza 126.099.597,72€, e na parcela ao lado, o valor dos mesmos contratos, acrescidos de IVA, é de 32.394.057,33€; -----

Tendo em conta a manifesta displicência na entrega da documentação, as incorreções e incongruências detetadas na análise da prestação de contas de 2022, submetida por parte da Câmara Municipal a esta Assembleia Municipal, e os insuficientes esclarecimentos prestados, face à intransigência demonstrada pelos seus proponentes no adiamento da submissão do documento a votação, insistindo na mesma antes das necessárias correções e deixando dúvidas sobre a solidez legal do documento; -----

Venho por este meio, pelos motivos acima referidos, justificar o meu voto contra neste ponto. ---
O Deputado Municipal, José Rodrigues Aires.” -----

Fazendo, então, usufruto do art.º 33.º, irei ler rapidamente o requerimento. -----

-----**“Requerimento n.º 5/2023**-----

Exmo. Sr. Luís Miranda Rei -----

Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo -----

Data: 28/04/2023 -----

Assunto: Norbass – Clube de Pesca ao Achigã -----

Na sequência da minha intervenção no Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos da reunião da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2022, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o Norbass – Clube de Pesca ao Achigã tem sede em Torre de Moncorvo. -----

Considerando que: -----

1. Na reunião da Câmara realizada no dia 31 de maio de 2021 uma informação da DASCE – Setor do Desporto propôs a atribuição de um apoio de 1.000,00€ à Associação de Pesca do Concelho de Torre de Moncorvo, Norbass – Clube de Pesca ao Achigã, através de protocolo, proposta aprovada por unanimidade. -----

2. Na reunião de Câmara de 3 de setembro de 2021 foi presente o ofício da Norbass – Clube de Pesca ao Achigã solicitando apoio do Município de Torre de Moncorvo para o evento “The Last by Sabor Lake’s”, que teve lugar nos dias 13 e 14 de novembro de 2021, tendo sido deliberada, por unanimidade, a atribuição de 10.000,00€. -----

3. Os subsídios concedidos a esta associação foram 11.000,00€ em 2021 e 15.000,00€ em 2022, de acordo com as respetivas Prestações de Contas. -----

4. Em ambos os anos o Número de Identificação Fiscal que consta nas listagens dos subsídios concedidos pelo Município de Torre de Moncorvo à Norbass – Clube de Pesca ao Achigã é o n.º 509555578. -----

14
Pedro

10

5. A Norbass – Clube de Pesca ao Achigã, com este número fiscal, está sediada em Bragança, no Alto das Cantarias, na Rua Alexandre Afonso, Lote 19, 5300.429 – Bragança (em anexo). ---
Face ao exposto, para o cabal esclarecimento desta situação, no âmbito do art.º 25.º, n.º 2, alíneas a) e d) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no art.º 5.º e do n.º 1 do art.º 12.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que regula o regime de acesso à informação administrativa e aos documentos administrativos, solicitam-se os seguintes documentos: -----

- Cópia dos protocolos / contratos-programa / parcerias, nos termos do n.º 2 do art.º 1.º do Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios e Comparticipações, estabelecidos entre o Município de Torre de Moncorvo e a Norbass – Clube de Pesca ao Achigã para a concessão dos subsídios atribuídos; -----

- Órgãos sociais que integram a Norbass – Clube de Pesca ao Achigã e respetivos estatutos; ---
- Morada onde está sediada a Norbass – Clube de Pesca ao Achigã. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

O Deputado Municipal, José Manuel Rodrigues Aires”. -----

E passarei a entregar na Mesa, Sr. Presidente. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. -----

Há aqui uma questão – a Sra. Deputada Sílvia Santos ausentou-se, mas os outros Srs. Deputados do Partido Socialista poderão responder, penso eu. Esta declaração de voto é individual, dos deputados que a assinam, ou é do Grupo Parlamentar, atendendo – e por isso é que se está a levantar a questão – que o Sr. Deputado José Aires não assina este documento, e entregou uma declaração própria. Está esclarecido, Sr. Deputado, é uma declaração de voto, dos senhores deputados que a assinam, passamos à frente. -----

PONTO 3 — 1.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA – 2023. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente, faça favor. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Hoje ainda não recorri a nenhuma frase popular, de que “o pior cego é aquele que não quer ver”.-

Eu nunca vi ninguém participar numa votação, não compreendendo, ou dizendo que não tem documentos, é uma coisa inaudita. -----

Este ponto é obrigatório vir à Assembleia de abril, como sabem. Nem nisso nos conseguimos entender, é trazer dinheiro que sobrou para as contas do Município. E, portanto, eu recorde-me que nem nessa conseguimos ter uma votação a favor, para incorporar saldos no Município. ----
Portanto, o que é que temos aqui? Temos 13.000€, que foi o que foi sobrado, e a opção do Município, em termos de Executivo, foi integrar todo este montante no Primeiro Direito, que é o que está a decorrer, como vocês sabem, em termos de programa operacional. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Não há intervenções. Passamos, então, à votação do Ponto n.º 3, 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa – 2023. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, deliberou **por maioria**, com 25 votos a favor e 3 abstenções (dos deputados José Aires, Diogo Oliveira e António Júlio Andrade) **aprovar a “1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa – 2023”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, para introduzir o tema. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Trata-se também de uma situação que tem que ser trazida à Assembleia de abril, que é a retificação da contratação, através de procedimento, do auditor externo das contas municipais. -----

16
Edis
M

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Estão abertas as inscrições para as possíveis intervenções. Quem pretende intervir? Sr. Deputado José Aires, e Luís Dias. Penso que não há mais ninguém. -----

Sr. Deputado, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

A minuta da ata refere, e passo a citar, que *"o procedimento para a contratação do auditor externo responsável pela certificação das contas do Município de Torre de Moncorvo foi conduzido pela Associação de Municípios do Douro Superior, de fins específicos, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido."* -----

Não consta dos documentos o procedimento levado a cabo pela Associação de Municípios do Douro Superior. A única documentação disponibilizada é o contrato firmado entre o Presidente da Câmara de Torre de Moncorvo e o prestador de serviços, a Sociedade Fernando Peixinho & José Lima, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., no passado dia 14 de abril. É apresentado o facto consumado, antes sequer de ser submetido à Assembleia Municipal. -----

Nos termos do art.º 77.º, n.º 1, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o auditor externo é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. Nos termos do art.º 36.º, n.º 1, do Código da Contratação Pública, o procedimento de formação de qualquer contrato inicia-se com a decisão de contratar, a qual deve ser fundamentada, e cabe ao órgão competente autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar. -----

Pelo que é dado a entender, a decisão de contratar foi tomada pela Associação de Municípios do Douro Superior, não se conhecendo os fundamentos e qual foi o órgão competente que autorizou a despesa. Foi a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos? Foi o Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo? -----

Tendo em conta que já fui chumbado várias vezes pelo Sr. Presidente da Câmara nesta matéria da contratação pública, este caso suscita dúvidas que pretendia ver esclarecidas. Quais os pressupostos legais que justificam tal metodologia? Qual a razão para ser uma entidade a realizar o procedimento administrativa e outra a outorgar o contrato? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias. Prescinde da palavra? Então, Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado José Aires, como bem leu, a Lei n.º 73/2013 diz que a nomeação é feita pelo órgão deliberativo – a nomeação é feita pelo órgão deliberativo. Em termos de economia de escala, o Município de Torre de Moncorvo e o Município de Mogadouro entenderam lançar um procedimento, que já vem de trás, conseguimos com isso

14.
ledio
M

algumas dificuldades que tínhamos – porque os ROC's são menos do que os pilotos de Fórmula 1 – mas conseguimos a escala. E em termos de escala, foi lançado um procedimento pela AMDS, e os Municípios individualmente – quer o Município de Mogadouro, quer de Torre de Moncorvo – trazem também, obviamente, aos seus órgãos deliberativos. -----

Outro caso era se fosse só a Associação de Municípios a lançar o procedimento, não teríamos que estar aqui, porque isso compete ao órgão próprio, que é a Assembleia Intermunicipal, e são esses órgãos que exclusivamente, para a Associação de Municípios, deliberam e fazem esta deliberação do órgão deliberativo para a nomeação. -----

Neste caso, como são três entidades com um único procedimento, no que respeita a Torre de Moncorvo, vem o contrato para V. Exas. se pronunciarem. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Segunda ronda de intervenções. Não há inscrições. Então, passamos diretamente para a votação do Ponto n.º 4, Procedimento de Contratação de Auditor Externo. -----

Tem três minutos, Sra. Deputada. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), deliberou **por maioria**, com 20 votos a favor e 8 votos contra (dos deputados José Aires, Diana Cabeleira, Fausto Tiago, Diogo Oliveira, Sílvia Santos, Luís Miguel Lopes, António Júlio Andrade e Luiz Marcelino Lopes) **aprovar o “Procedimento de Contratação de Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas do Município de Torre de Moncorvo”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Três minutos, Sra. Deputada. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** É breve, Sr. Presidente. -----

-----**“Procedimento de Contratação de Auditor Externo”** -----

A decisão de contratar foi tomada no âmbito da Associação de Municípios do Douro Superior, não tendo o Executivo Municipal tido qualquer intervenção no processo. Todo o procedimento de contratação pública foi efetuado externamente à Câmara Municipal, tendo sido apenas ratificados, pelo Executivo Municipal, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, todos os atos praticados pelos intervenientes no procedimento de contratação. -----

Por outro lado, entendemos que a adjudicação aqui proposta possa gerar uma eventual situação de conflito de interesses, pois a empresa selecionada para a certificação das contas é a mesma que tem feito o acompanhamento do Programa de Saneamento Financeiro do Município, logo também responsável por essas mesmas contas. -----

Pelo exposto, o nosso voto é contra. -----

Os deputados municipais." -----

Muito obrigada. -----

-----O Presidente de Mesa: Penso que não há dúvida, é o voto contra destes Srs. Deputados.-
Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----O Deputado José Aires: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**Declaração de voto**-----

"Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023 -----

A forma como o processo foi conduzido levanta sérias dúvidas quanto à legitimidade do procedimento, razão pela qual voto contra. -----

O Deputado Municipal, José Manuel Rodrigues Aires." -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. -----

Então, segue-se o Ponto n.º 5. -----

PONTO 5 — PARECER - INICIATIVA DE INSCRIÇÃO DAS BARRAGENS NA MATRIZ – UNIFORMIZAÇÃO DE METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente, faça favor. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Obrigado, Sr. Presidente. -----

Muito breve. Como sabem, os Municípios com barragens no seu território estão, junto da Autoridade Tributária, a tentar que haja inscrição dessas barragens, e ao mesmo tempo pagamento do IML aos Municípios onde elas se encontram. -----

São vários os Municípios, e a intenção aqui é fazerem todos, e procederem todos da mesma forma junto da Autoridade Tributária, para ganharmos tempo, obviamente, e para ver se conseguimos resolver isto de forma célere. -----

14.
eduo
M.

O que se propõe é que cada um dos Municípios per se – nós, em princípio na próxima semana, levaremos à repartição de Finanças, e solicitaremos a inscrição dessas barragens no Município de Torre de Moncorvo, atribuindo-lhe um número matricial. -----

Neste momento, é isto. Depois, provavelmente andaremos com outras questões judiciais. Mas, para já, é só para que todos os Municípios com barragens, e que não usufruem do IMI – uma vez que puderam ser transacionadas – então terá que haver um número e reverter o valor para o respetivo Município. -----

É só exclusivamente para todos termos a mesma forma de atuação junto da Autoridade Tributária. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Não há inscrições. Sendo assim, passamos à votação do Ponto n.º 5. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o “respetivo Parecer”. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — PROPOSTA DE CONCLUSÃO DO IP2. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS), Bernardo Silva (Coligação PSD/CDS)** e **Diogo Oliveira (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Lançando mão de um repto que tinha sido também recorrentemente proferido pelo Sr. Deputado António Júlio Andrade, e penso que foi na última reunião de Assembleia Municipal que eu informei que iríamos ter algumas reuniões por causa deste dossier – e não só deste, mas deste, e da Ponte da Foz também – houve uma queixa no Tribunal de Contas Europeu contra o Estado Português, para que fosse concluído, e foi marcado também, como vos falei aqui, com o concessionário – ou melhor, o primitivo concessionário – para nos explicar o porquê da situação, quer de o Tribunal de Contas Europeu notificar o Estado Português que até 2030 tem que ter

14
Pedro
M

uma solução para o IP2 na íntegra, e também para posteriormente o concessionário vir entregar o que é que tinha entregue ao Estado, para nós sabermos de alguma coisa. -----
O Sr. Chefe de Divisão, Eng.º Jorge Afecto, fez aqui também o historial da conclusão do IP2, e o que levámos à Câmara foi o estudo prévio, digamos assim, do próprio concessionário. E qual foi, dentro dos cinco que fazemos parte do Executivo, a nossa estratégia? Foi, ao contrário do que tínhamos feito, que havia três opções – uns escolhiam A, outros B, outros C, chegou a haver a D, quatro opções – não darmos hipótese a que o concessionário e o Estado nos trouxessem hipóteses nenhuma. Era esta, era esta que estava, é esta que vamos mandar, e aceitar como ela está. -----

As premissas do concessionário junto do Ministério do Ambiente, é retirar o troço de toda a chamada faixa de cheia milenar, porque essa, nunca conseguiremos fazê-la passar. -----

E, portanto, o que vos vamos apresentar – e se tiverem algumas dúvidas, o Sr. Chefe de Divisão, Eng.º Jorge Afecto, dará aqui os esclarecimentos, porque é a pessoa que vai acompanhar, e que está a acompanhar este projeto, e que eu permitia que fizesse uma breve introdução, se quisesse, ou esperava pelas questões, se houvesse, e íamos acompanhando assim. -----

Eu aqui pedia aos Srs. Deputados, até para interagirmos um bocadinho, porque é importante demais para estarmos à espera que um venha aqui, e outro venha, e depois, se conseguirmos fazer um resumo disto para enviar para os diversos Ministérios, que pudesse ser feito, se concordarem com isso. E depois, claro, cada um falaria o que quisesse, no final. -----

Este é o enquadramento histórico, e depois temos os documentos – se calhar era melhor, para os Srs. Deputados verem já os documentos, penso que será a pág. 4 e 5. -----

-----**Eng.º Jorge Afecto (Chefe da Divisão Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Alterações Climáticas):** Estas são as soluções que já tinham sido apresentadas, que estiveram em estudo e que caíram por razões ambientais. No Meão, a solução, em que a travessia do Douro era logo a seguir à Foz, caiu por razões ambientais, e a outra, por cima da atual estrada, aquela que está a vermelho, acabou por cair também. O troço a vermelho é basicamente coincidente com o atual troço, que foi desclassificado por causa da quota milenar de cheia, e, portanto, ia criar uma segunda cratera no monte onde já está, um bocadinho mais acima, seriam duas estradas praticamente paralelas, não fazia sentido nenhum, nem ambiental, nem de outra maneira. -----
A outra, falou-se inclusivamente num túnel a atravessar o Meão também, também desistiram da ideia. As travessias ainda estão em estudo, ficaram em estudo, e agora aparecem com esta nova solução que está em estudo, um novo corredor em estudo. Ainda não está nada finalizado, ainda não há nada definitivo. E eles vieram apresentar uma nova solução, que é passar mais para nascente, que é aquilo que se vê depois, na imagem seguinte. Isto foi enviado pelo concessionário, pelo Douro Interior, foi assim que ficámos a saber do assunto. -----

14.
Pedro
M.

Isto é um corredor em estudo, nada disto ainda é definitivo. O corredor em estudo, ele vai começar a subir pela antiga 220, e mais ou menos a meio da subida, vai cortar, vai aproximar o IP2 da sede do concelho – o que, pelo menos no meu parecer, é vantajoso, é extremamente vantajoso, porque havia outra possibilidade, que era levar o IP2 para o lado de lá do rio Sabor, também desistiram dessa ideia. -----

Agora vêm apresentar este este novo corredor em estudo, em nosso entender é favorável a Moncorvo. Agora, é uma questão de definir, mais à esquerda, mais à direita, e ver as questões da parte da arqueologia, os pareceres todos que são necessários e ultrapassar as condicionantes existentes. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, não sei se quer passar já a palavra aos Srs. Deputados, ou se quer ainda intervir. -----

Srs. Deputados, agora se quiserem pôr alguma questão, tanto ao Sr. Presidente da Câmara, como ao Sr. Eng.º Jorge Afecto, podem inscrever-se. Sr. Deputado José Aires, Diogo Oliveira, Luís Lopes, Bernardo e Luís João. -----

Dava a palavra ao Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, cumprimentar também aqui o Eng.º Jorge Afecto, que penso que é conhecido de todos, e Chefe de Divisão no Município de Torre de Moncorvo. Agradecer também a explicação que nos efetuou, e os documentos que anexou, para podermos ter realmente noção do que é que está previsto, e qual é que será a melhor solução para defender os interesses do concelho. -----

Ora, aqui está uma minuta que contextualiza o verdadeiro significado da palavra “teor”, contrariamente ao assunto do Ponto n.º 4, Sr. Presidente. Os senhores obrigam-me a consultar o dicionário. Só para esclarecer que “teor” significa “*contexto textual de um escrito de um texto*”. Foi com nostalgia e orgulho que li o teor onde está transcrito o trabalho desenvolvido pelos autarcas do Partido Socialista ao longo de décadas, na luta pelos interesses e por melhores condições de vida para todos os cidadãos do concelho e da região. -----

Para conseguirmos um bom acesso à vila, com características de IP, a autarquia teve de se chegar à frente e mandar fazer o projeto. Só para se ter uma noção do custo, qualquer coisa que hoje em dia corresponderá ao valor de uma Feira Medieval, e se calhar ainda sobrava troco. ----

Na passada reunião de fevereiro desta Assembleia Municipal, o Sr. Presidente dissertou sobre este tema e deu conhecimento de que tinha levado a reunião de Câmara uma proposta do IP2, e que foi aprovada. E disse mais, que seria remetida ao Sr. Ministro das Infraestruturas, e que não tinha sido remetida antes porque, naquela altura, não havia Ministro das Infraestruturas.-----

Redes
MA

Passou a haver, dois dias depois, no dia 4 de janeiro tomou posse o novo Ministro das Infraestruturas. -----

Então, diga lá, Sr. Presidente, enviou a proposta para o Ministério das Infraestruturas, e quando lá chegou, fez ricochete, porque faltava a aprovação da Assembleia Municipal, ou não chegou a enviar? -----

Desde a reunião de Câmara de 2 de janeiro, até agora, passaram cerca de quatro meses. -----
Queixa-se que os investimentos nas redes viária e ferroviária só são feitos no litoral, e para o interior são só previsões, intenções e é assim que trata um assunto desta natureza, tão importante para o nosso concelho e para a nossa região? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Este é um documento estritamente técnico, da área da engenharia, tendo o parecer aqui positivo pelo Sr. Engenheiro. Eu deixaria aqui uma recomendação, em nome da Bancada do Grupo Parlamentar do PSD/CDS-PP, para o Município enviar esta proposta ao Ministério das Infraestruturas, da Coesão Territorial, e ao Sr. Primeiro Ministro. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais, quero cumprimentar o Sr. Jorge Afecto, Chefe de Divisão, e também agradecer pelas suas explicações.-----

E como já passámos o 25 de abril, cá vai a minha intervenção. -----
Como é do conhecimento de todos, o Partido Socialista completou recentemente cinquenta anos – cinquenta anos de progresso, cinquenta anos de História, “História” com “H” maiúsculo... -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, desculpe, vamos falar do IP2? -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** É disso, só que estou a contextualizar para chegar lá. E, portanto, estou a contextualizar. É a ordem de trabalhos; é, de facto, a ordem de trabalhos, é isso que eu estou a tentar fazer. Posso fazer a minha intervenção ou não posso fazer a minha intervenção? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Pode, faça lá a intervenção, Sr. Deputado, mas acho que tudo tem o momento certo. -----

M.
Edio
M.

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Pronto, e é o momento certo para fazer esta intervenção, só que acho que ao me estar a interromper, está a roubar-me tempo para fazer a minha intervenção.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Não, Sr. Deputado, ninguém lhe tira o tempo. *Bullying?* Sr. Deputado, desculpe lá, ninguém lhe deu a palavra. Se quiser, na próxima intervenção, vem aqui expressar-se. Sr. Deputado, eu chamei à atenção ao Sr. Deputado porque, mais uma vez, está desenquadrado do ponto. Evidentemente, podemos arranjar todos os pretextos. Tem o tempo certo para falar dos assuntos que quer. -----

E relativamente ao tempo, nunca o Sr. Deputado Diogo Oliveira se pode queixar de não ter o tempo que está no Regimento. Alguém está a contar o tempo agora? -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado pelo seu cuidado. -----

Em resposta aos vossos protestos, só tenho duas coisas a dizer: viva o 25 de abril e viva a liberdade. -----

Vou retomar. Cinquenta anos de “História” com “H” maiúsculo, pela história que, de facto, fez, não só a nível nacional, mas também a nível local, história essa de que o PSD e o CDS jamais vão ter oportunidade de se gabar, pelo facto de apenas ficarem marcados na história do nosso concelho por terem atingido o maior decréscimo populacional de que há história. -----

Nunca nos podemos esquecer que o Partido Socialista se encontra na vanguarda da criação de importantes serviços públicos que tipificam o Estado Social em Portugal, como por exemplo, o SNS – SNS esse que o PSD... -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, estamos a falar do IP2. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Pronto, mas eu estou a enquadrar para chegar lá. Não posso intervir, Sr. Presidente? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Pode intervir, eu dei-lhe a palavra, o Sr. Deputado é que se devia cingir, ser objetivo e falar daquilo que estamos a falar, IP2. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Se eu não falar do IP2 e se eu não for ao encontro deste ponto, eu prometo levantar-me do meu lugar e vir aqui pedir desculpa a esta Assembleia Municipal. ---

-----**O Presidente de Mesa:** A questão não é essa. O Sr. Deputado não quer entender que o assunto é o IP2, e o senhor, para falar do IP2, pode falar de tudo. É evidente que qualquer um

pode falar de tudo. Isso é uma falta de respeito à Assembleia e aos assuntos que estão agendados. -----

-----O Deputado Diogo Oliveira: Mas, eu não estou a falar de tudo, estou apenas a falar de assuntos que são pertinentes, e estou a explicar a importância deste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Deputado, não lhe dei a palavra, está o Sr. Deputado a intervir. Quando ele acabar, depois pede. -----

-----O Deputado Diogo Oliveira: O Sr. Deputado não me deixa intervir, que é diferente. -----

-----O Presidente de Mesa: Vou ter que interromper a Assembleia, porque não temos quórum.- Não temos quórum, Sr. Deputado. Não há quórum, está interrompida a sessão. Não regressam os Sr. Deputados ? Então está encerrada a sessão da Assembleia Municipal. -----

Se não há quórum. O Sr. Deputado quer fazer uma Assembleia Municipal sem haver quórum? Aqui não estamos a culpar, isto não é um tribunal, aqui estamos a constatar um facto, nem eu sou aqui um juiz. Temos deputados que saíram e deixaram a Assembleia sem quórum. -----

Sr. Deputado, a Assembleia está encerrada. Sr. Deputado, qual é o ponto que está em discussão? Culpa de quem ?ou do Sr. Deputado Diogo Oliveira, que em vez de falar do ponto do IP2, estava a falar de tudo. -----

Sr. Deputado, está encerrada a sessão. Muito bom dia a todos, está a sessão encerrada.-----

* * * * *

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(Luis Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Fernanda Silva)